

11/12/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Diploma digital substitui de papel](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Sob pressão, parlamentares cogitam encolher fundo eleitoral de R\\$ 3,8 bi para R\\$ 2,5 bi](#)

[Universidades devem garantir diploma digital até o final de 2021](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Secretário do MEC é sócio de dono de site 'olavista'](#)

[USP vai mapear o genoma de 15 mil brasileiros](#)

O GLOBO - RJ

[Falta de educação](#)

[PEC Emergencial: relator exclui do corte de salário quem ganha até 3 mínimos](#)

[MEC lança diploma digital para combater falsificação e diminuir espera](#)

Imprensa Estadual

A CRÍTICA - AM

[Diploma digital é novo formato a graduados](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Buscando o recomeço através do Enem](#)

O POPULAR - GO

[Governo anuncia versão digital de diplomas](#)

Agências de notícias e sites

ITNET

[Capes aprova primeiro mestrado acadêmico do campus de Itabaiana, que será voltado às Ciências Naturais](#)

JORNAL DE UBERABA - MG

[Pesquisadores da UFV descobrem mecanismo inédito de resistência entre vírus e bactérias que pode combater pragas na agricultura](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Ensinando o professor a dar aulas sobre o cotidiano](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Universidades devem garantir diploma digital até o final de 2021](#)

G1

[Congresso aprova projetos que destinam R\\$ 28,5 bilhões para ministérios e órgãos](#)

[Professora da UFRB denuncia racismo de aluno que recusou receber prova em sala de aula; VÍDEO](#)

[Programa Bolsa Universidade divulga classificados na primeira chamada do processo seletivo 2020](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC anuncia versão digital de diplomas com custo 80% menor](#)

[Comissão da Câmara aprova relatório que faz raio-X na gestão do MEC](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Governo anuncia versão digital de diplomas com custo 80% menor](#)

Agências de notícias e sites

IDEST

[IFMS realiza Seminário Institucional de Iniciação à Docência em Coxim](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Fiocruz expande rede de educação e lança hub](#)

[Andifes recebe relator da comissão parlamentar que fiscaliza trabalhos do MEC](#)

[Em defesa da ciência](#)

PORTAL AMAZÔNIA

[Ifam será o primeiro instituto federal do Norte a ofertar doutorado profissional em Ensino Tecnológico](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Secretário do MEC é sócio do dono do Brasil sem Medo, site lançado por Olavo de Carvalho](#)

[Comissão da Câmara aprova relatório que faz raio-X na gestão do MEC](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Comissão da Câmara aprova relatório que considerou gestão do MEC como insuficiente](#)
[MEC lança Diploma Digital para combater falsificação diminuir tempo de espera](#)

G1

[Comissão da Câmara aprova relatório final com críticas à gestão do MEC](#)

R7

[MEC inicia capacitação para escolas cívico-militares](#)

Imprensa Estadual

O LIBERAL - PA

[Em poucas linhas](#)

[Agências de notícias e sites](#)

CORREIO DO NORTE - SC

[Doutorado na UnC é novidade para 2020](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Detentos fazem provas do Enem hoje e amanhã](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Witzel pede ao STF que suspenda obrigatoriedade de repasse de royalties para saúde e educação](#)

[EAD torna o nível superior acessível](#)

G1

[Educação é a área que mais cresce em cursos de especialização no Brasil, diz instituto](#)

[Mais de 1,2 mil pessoas privadas de liberdade farão Enem nesta 3ª e 4ª em MT](#)

PBAGORA

[Pesquisa da UEPB cria alternativa para tratamento de câncer de mama com terapia fotodinâmica](#)

PORTAL EXAME

[Provas do Enem para detentos começam, e notas valem para faculdade](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC inicia capacitação de profissionais para escolas cívico-militares](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Detentos fazem provas do Enem nesta terça e quarta](#)

[MEC inicia capacitação de profissionais para escolas cívico-militares](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Diploma digital substitui de papel

A fim de diminuir gastos com impressão nas universidades e faculdades públicas e particulares, o Ministério da Educação (MEC) lançou ontem o diploma digital. A nova certificação de conclusão de curso de ensino superior deve ser implantada em todo o país até o final de 2021, todos os diplomas impressos já emitidos poderão ter suas versões virtuais. Mas, neste primeiro momento, somente os diplomas de graduação serão na nova versão.

Segundo o MEC, a intenção é dar maior agilidade aos trâmites e reduzir burocracia para alunos e estabelecimentos de ensino superior. “Tudo isso para ter agilidade, é trazer esses processos para a era digital, mas com autonomia e respeito às legislações vigentes”, afirmou Cristiane Lepiane, chefe da Divisão da Coordenação-Geral de Programas Educação Superior do MEC.

Atualmente, o diploma físico demora aproximadamente 90 dias para ser emitido. Já o digital levará apenas 15 dias. A validação e a segurança passarão por um processo de autenticação eletrônica a partir de um certificado digital, que é assegurado pelo Instituto Nacional da Tecnologia da Informação (ITI) e seguirá o padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras.

Para as universidades federais, o MEC garante uma economia em torno de R\$ 48 milhões ao ano. Segundo o ministério, o projeto piloto, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), concluiu que o diploma físico custa R\$ 390,26, quase cinco vezes mais que a versão digital, que sai por R\$ 85,15.

O secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, garantiu que quem já possui o diploma físico não precisará se desfazer dele. E quem quiser converter para o digital, também poderá. “É uma facilidade para quem já perdeu o diploma. Quem quiser (o digital), tem que ir até a universidade para fazer. Não é apenas digitalizar o processo, tem que passar por todas as etapas para validar. Antes, a pessoa tinha que pagar a segunda via e demorava muito tempo. Agora, não mais.”

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Sob pressão, parlamentares cogitam encolher fundo eleitoral de R\$ 3,8 bi para R\$ 2,5 bi

Diante de reação negativa e temendo veto de Bolsonaro, deputados buscam negociar acordo com o Planalto e garantir valor menor

Brasília

Diante da sinalização de que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) vetará a destinação de R\$ 3,8 bilhões para o fundo eleitoral, líderes partidários começaram a discutir a possibilidade de encolhê-lo para R\$ 2,5 bilhões.

Deputados avaliam que seria melhor negociar um acordo com o Palácio do Planalto e garantir um valor menor, a fim de não correr o risco de ficar sem uma fonte de custeio das campanhas nas eleições municipais de 2020.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/sob-pressao-parlamentares-cogitam-encolher-fundo-eleitoral-de-r-38-bi-para-r-25-bi.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Universidades devem garantir diploma digital até o final de 2021

Portaria, ainda não publicada, trará padrões de segurança e requisitos de informação

Brasília

As instituições de ensino superior do país terão até o fim de 2021 para se adequar ao processo de emissão de diplomas digitais. Os documentos físicos poderão continuar a ser fornecidos.

O MEC (Ministério da Educação) trabalha nas adequações das regras desde 2018, ainda no governo Michel Temer (MDB).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/universidades-devem-garantir-diploma-digital-ate-o-final-de-2021.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Secretário do MEC é sócio de dono de site 'olavista'

Ministério informa que, apesar da sociedade com Alcântara Junior, Carlos Nadalim não participa do 'Brasil Sem Medo'

O secretário de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC) é sócio do dono do site Brasil Sem Medo, lançado na quinta-feira passada pelo escritor e “guru” bolsonarista Olavo de Carvalho e anunciado como o “maior jornal conservador da internet brasileira”. Carlos Francisco Nadalim é o último remanescente das indicações de Olavo no MEC.

Na página há a informação de que o Brasil Sem Medo é de propriedade de Arno Alcântara Júnior, sócio de Nadalim desde 2014 na empresa Alcântara e Nadalim Cursos On-Line Ltda. Ao Estado, Alcântara confirmou ser dono do site e sócio do secretário, mas disse que Nadalim não participa da administração do Brasil Sem Medo.

Os dois foram alunos do curso online de Filosofia ministrado por Olavo. A empresa que abriram em conjunto tem diversos produtos, sendo o principal deles uma plataforma para a criação de cursos online – o mais famoso é feito por Nadalim. Chamado de Como Educar seus Filhos, o curso teve grande aprovação entre entusiastas do ensino domiciliar e defensores do método fônico de alfabetização. A difusão desse modelo de ensino tem sido a principal bandeira do secretário Nadalim desde que chegou ao MEC.

Em nota, o MEC afirma que Nadalim encerrou uma sociedade para assumir o cargo, mas não especificou o nome da empresa. O ministério disse ainda que o secretário não é sócio de Alcântara Júnior no Brasil Sem Medo e não tem “qualquer ligação ou participação” no site.

Até a sexta-feira passada, o Brasil Sem Medo mantinha a informação de que o site é de propriedade de Alcântara Júnior. A empresa com o nome dos dois, Alcântara e Nadalim, continua com cadastro ativo nos sistemas da Receita Federal e da Junta Comercial do Paraná. O secretário tenta, desde fevereiro, se desligar do quadro societário da empresa e chegou a recorrer à Justiça, mas ainda não há uma decisão.

O MEC não quis comentar sobre os documentos em que os dois constam como sócios e sobre o processo de dissolução da empresa. A pasta informou apenas que Nadalim “tomou conhecimento da abertura do site (Brasil Sem Medo)” um dia antes do lançamento.

Alcântara Júnior informou que, apesar de ser o dono do Brasil Sem Medo, quem

responde por ele é o diretor executivo, Silvio Grimaldo, que também ocupou cargo no MEC como auxiliar do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

Também indicado por Olavo, Grimaldo pediu demissão ainda em março, após o escritor postar nas redes sociais uma recomendação aos seus alunos que ocupavam cargos no governo a “abandoná-los o mais cedo possível e voltar à sua vida de estudos”. À época do pedido de demissão, os “olavistas” foram apontados como os responsáveis pelo envio de uma carta às escolas brasileiras para que filmassem os alunos cantando o Hino Nacional e lendo o slogan de campanha de Bolsonaro.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

USP vai mapear o genoma de 15 mil brasileiros

Trabalho será em parceria com o grupo Dasa e o resultado deve ajudar em interpretação de testes genéticos e predição de doenças

A Universidade de São Paulo (USP), em parceria com o grupo Dasa, fará o primeiro sequenciamento genético de abrangência nacional do País, com 15 mil pessoas. A ideia é rastrear doenças mais prevalentes na população.

Pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com o Grupo Dasa de laboratórios, lançaram na manhã de ontem o primeiro projeto de sequenciamento genético de abrangência nacional do País. O objetivo da pesquisa é sequenciar o DNA de 15 mil brasileiros distribuídos nas 27 unidades da federação para, assim, entender melhor de onde vieram nossos ancestrais e quais variações genéticas estão ligadas a características da população brasileira, incluindo doenças mais prevalentes.

O projeto, batizado de DNA do Brasil, será liderado pela pesquisadora Lygia da Veiga Pereira, professora titular de Genética da USP. A especialista afirma que a ideia do estudo surgiu da observação da falta de diversidade dos dados genômicos existentes no mundo. “Cerca de 80% dos dados disponíveis são de população caucasiana, branca. Essa falta de diversidade tem dois problemas. O primeiro é a questão ética da desigualdade. Para quem estamos desenvolvendo medicina de precisão se só estão sendo considerados alguns grupos populacionais nos estudos?”, indaga. “O segundo (problema) é que se perde uma oportunidade de fazer descobertas importantes ao não estudar populações diferentes”, completa.

Serão sequenciados os genomas dos 15 mil participantes do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (Elsa), maior pesquisa epidemiológica do País. Os participantes, com idade entre 35 e 74 anos, vêm sendo acompanhados desde 2008 com exames e entrevistas sobre suas condições de saúde e hábitos.

De acordo com Lygia, é importante que projetos de sequenciamento sejam feitos com amostras representativas e que já tenham tido outros indicadores de saúde medidos.

“Não adianta sequenciar qualquer pessoa. É melhor que seja feito o sequenciamento de pessoas já caracterizadas clinicamente, ou seja, com dados colhidos de indicadores como pressão arterial, glicose, que podem ser relacionados com os dados genômicos”, explica ela.

Segundo a especialista, conhecer as principais variações genéticas da população brasileira ajudará ainda na interpretação de testes genéticos. “É importante saber quais

variantes são mais comuns para fazer uma análise mais precisa dos testes”, diz ela.

Para o diretor médico do Grupo Dasa, Gustavo Campana, esses dados podem auxiliar, até mesmo, na predição de doenças. “Com os indicadores clínicos, nós conseguimos estabelecer um score de risco para determinadas doenças e condições. Quando tivermos uma melhor arquitetura do genoma do brasileiro, poderemos utilizar isso para criar um score de risco poligênico e, assim, definir os grupos de maior risco e as ações direcionadas a eles”, afirma.

O projeto segue iniciativas similares desenvolvidas no restante do mundo. Países como Inglaterra, Estados Unidos, Cingapura e Coreia do Sul têm investido no sequenciamento do genoma de parte da população justamente para saber as variações genéticas mais prevalentes. Na Inglaterra, pioneira no tema, foram sequenciados genomas de 100 mil pessoas. EUA, China e Coreia do Sul querem chegar à marca de 1 milhão de sequenciamentos cada.

Investimento. Campana afirma que foram investidos pela Dasa, na primeira fase do projeto, US\$ 2,5 milhões (R\$ 10,3 milhões) entre instalação de um laboratório de alto processamento e o fornecimento de amostras para os 3 mil sequenciamentos iniciais. Os pesquisadores da USP ainda buscam financiamento para os 12 mil sequenciamentos restantes.

A previsão, segundo Lygia, é que a primeira leva de 3 mil sequenciamentos seja concluída até o fim do primeiro semestre de 2020 e todo o projeto seja concluído em até dois anos, caso as expectativas de financiamento se concretizem. Os pesquisadores dependem também do consentimento dos participantes do Elsa para ter seus dados genômicos analisados. As amostras do DNA já foram colhidas durante o estudo.

Os resultados do projeto DNA do Brasil serão ofertados para uso de qualquer grupo de pesquisa. “Os dados serão anonimizados, mas os resultados coletivos serão abertos. Quanto mais gente fazendo pesquisa nesse tema, melhor”, conclui Lygia.

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Falta de educação

A última do ministro da Educação, Abraham Weintraub, — ou penúltima — é, pra variar, uma fake news. Ele postou no Twitter que este ano não haveria o tradicional show de fim de ano de Roberto Carlos na Globo: “É o primeiro ano que o rei se livra do mico dos Marinho”, comemorou. Só que o especial está confirmadíssimo para o próximo dia 20. Aliás, já está até gravado.

Antes ele fez pior. Também sem apresentar provas, disparou acusações de que universidades federais estariam cultivando maconha: “Não são três pés, são plantações extensivas a ponto de ter borrifador de agrotóxicos”. E, mais, haveria também “produção de drogas sintéticas em laboratórios de química”.

Os reitores repudiaram as acusações, e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) entrou na Justiça para exigir que o ministro “preste esclarecimentos e informações sobre as provas que amparam suas declarações”. A interpelação foi protocolada na 9ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal e ressalta “o teor depreciativo em relação às universidades federais e a seus

reitores”.

Ao mesmo tempo, enquanto o gestor da pasta estava ocupado com shows musicais, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) acabava de revelar que, no ranking mundial, o Brasil está entre os 20 piores colocados em Matemática, Leitura e Ciências.

Em vez de alardear que não tem nada com isso, que a culpa é dos petistas, seria melhor que apresentasse propostas para melhorar a qualidade do ensino, que continua péssima. Já era com o antecessor, o colombiano naturalizado Ricardo Vélez, que durou três meses no cargo.

Entre as várias polêmicas de sua rápida gestão está a carta que enviou aos diretores de escolas determinando que filmassem os alunos cantando o Hino Nacional e repetindo o slogan eleitoral: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Diante da repercussão negativa, ele pediu desculpas e voltou atrás.

“Saudades de Vélez”, dizem muitos com ironia. Ele também era tosco, mas não fabricava fake news.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

**PEC Emergencial: relator exclui do corte de salário quem ganha até 3 mínimos
Trecho que prevê a proibição de novas contratações também foi flexibilizado, abrindo uma exceção para os médicos**

BRASÍLIA

A PEC Emergencial, proposta que prevê cortes no funcionalismo para ajustar as contas públicas, começou a ser desidratada no Congresso. O relator do projeto, senador Oriovisto Guimarães (PodemosPR), apresentou ontem parecer que blinda servidores públicos que recebem menos que três salários mínimos da principal medida do texto — a possibilidade de redução de salário e carga horária. Só quem ganha acima desse patamar ficará sujeito ao ajuste.

O trecho que prevê a proibição de novas contratações também foi flexibilizado, abrindo exceção para médicos do programa Médicos pelo Brasil. As modificações constam do relatório que foi lido ontem por Guimarães na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A PEC é uma proposta de emenda à Constituição que faz parte do chamado Plano Mais Brasil, elaborado pelo governo para rever regras fiscais. O texto prevê, entre outros pontos, autorização para que União, estados e municípios reduzam até 25% da carga horária de servidores, com corte proporcional de salários.

A leitura do relatório é o primeiro passo para que a proposta comece a ser analisada pelo colegiado. A votação, no entanto, deve ficar para fevereiro, após a realização de audiências públicas. Depois, o texto ainda precisa ser votado na Câmara dos Deputados.

O relator explicou que a limitação dos cortes de acordo com a faixa salarial foi pensada para não prejudicar servidores municipais, que ganham menos. Ele afirmou que o impacto da mudança na estimativa de economia do governo federal com a medida, hoje de R\$ 10,5 bilhões em 2020, é “quase zero”. Procurado, o Ministério da Economia

ainda não se pronunciou sobre o impacto fiscal da desidratação.

— O impacto é pequeno, é mais para proteger essas pessoas mesmo. Foi um pedido da senadora Simone Tebet [MDB-MS], ela me sensibilizou —disse o relator.

Na avaliação da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), a alteração permitirá que a medida seja mais branda para as cidades. Segundo levantamento da entidade, oito das 27 capitais —inclusive o Rio —poderiam adotar as medidas de ajuste previstas na PEC. As ações são autorizadas para governos regionais cujas despesas correspondem a mais de 95% das receitas.

— No caso dos municípios, pelo menos metade das despesas de pessoal é com saúde e educação. Reduzir jornada de saúde e educação significa cortar médico, enfermeiro e professor —diz Gilberto Perre, secretário-executivo da FNP.

Guimarães decidiu ainda acolher uma proposta feita pelo senador José Serra (PSD B SP) para excluir da trava as novas contratações previstas pela PEC para contratação de médicos do programa Médicos pelo Brasil, novo nome do Mais Médicos. Ex-ministro da Saúde, o parlamentar argumentou que a proibição inviabilizaria a execução do projeto.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

MEC lança diploma digital para combater falsificação e diminuir espera BRASÍLIA

O Ministério da Educação (MEC) lançou, ontem, um programa para emissão digital de diplomas de nível superior. O projeto será destinado às instituições públicas e privadas, até o fim de 2021. A partir de janeiro de 2022, todas as instituições deverão emitir o diploma de graduação digital em substituição ao papel tradicional.

De acordo com a pasta, a alteração vai diminuir o tempo de espera dos alunos pelo documento, que estará disponível em menos de 15 dias. Apenas com a adesão das federais, a economia prevista é de R\$ 48 milhões ao ano.

—O diploma visa garantir simplificação. Hoje, o processo é muito moroso, os mais simples demoram 120 dias e, às vezes, esses prazos não são respeitados. A qualquer tempo o aluno poderá ter o diploma no celular ou no computador — disse o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima.

Ainda segundo Lima, a medida vai combater a falsificação de diplomas, pois a transmissão dos dados é garantida pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

De acordo com o MEC, a emissão digital do diploma vai eliminar etapas como a coleta de dados e assinatura, impressão e deslocamento do aluno até a instituição para ter o documento, que poderá ser acessado pelo computador ou celular a partir do site da instituição. Segundo a pasta, o custo do diploma físico é de R\$ 390,26 por estudante, e será reduzido para R\$ 85,15.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - BRASIL

Diploma digital é novo formato a graduados

A medida visa reduzir em R\$ 48 milhões custos de emissão do certificado

BRASÍLIA (ABR) - O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem que universidades e instituições de ensino superior terão uma nova modalidade de emissão de diplomas de graduação: o diploma digital. De acordo com o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa Júnior, a medida visa reduzir os custos de emissão do certificado e agilizar a empregabilidade de jovens graduados. “Quando a pessoa se forma no nível superior, o nível de empregabilidade se torna muito elevado. Isso é fruto das oportunidades que estamos criando, é mais um serviço de transformação digital. E vamos corrigir um erro histórico: ficamos muito distantes dos alunos. Mas, cada vez mais, queremos nos aproximar e construir um novo mundo. Um mundo de educação de qualidade”, disse o secretário. O novo formato deve estar disponível para 8,3 milhões de estudantes brasileiros que estão em fase de graduação e que serão beneficiados pela primeira fase de implantação do diploma digital. O projeto-piloto foi realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e conseguiu reduzir o tempo de emissão de um diploma devidamente autenticado e assinado digitalmente pelo ministério para 15 dias - prazo 84% menor que os 90 dias estipulados pela maioria das instituições de ensino superior do Brasil. Segundo o secretário, por enquanto a nova tecnologia não será aplicada para cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados.

CUSTOS MENORES

Os custos para a emissão do diploma digital também são positivos. De acordo com Barbosa Júnior, a medida deve economizar R\$ 48 milhões ao ano para as instituições que emitem o papel. Jean Martina, que supervisionou o projeto-piloto na UFSC, explicou que os custos logísticos serão reduzidos drasticamente. “O preço de emissão de um diploma digital físico é de R\$ 390,26. A versão digital custará pouco mais de R\$ 85. O principal ganho é que vamos desmaterializar o papel e criar uma versão eletrônica, que estará disponível em qualquer celular”.

Autenticidade

A versão digital dos diplomas também será uma garantia de autenticidade, pois qualquer pessoa poderá consultar a base e registros digitais disponibilizada pelo MEC, que validará as informações consultadas pelos aplicativos de celular ou pela internet.

[topo](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - VIDA URBANA

Buscando o recomeço através do Enem

Reeducandos da Funase fazem provas tentando deixar o passado para trás e iniciar vida nova

Faltam quatro meses para Renato (nome fictício), 20 anos, deixar o Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) do Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife, onde está internado há quase três anos. Ele é um dos 204 reeducandos da unidade, que pertence à Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase). Quando sair, em abril do próximo ano, pretende refazer a vida ingressando no ensino superior.

O primeiro passo para cumprir as metas que traçou foi dado ontem. Renato foi um dos 130 adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em Pernambuco que fizeram as provas do Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL). Além dos reeducandos da Funase, participaram da avaliação 1.162 detentos de 20 unidades prisionais do estado.

No primeiro dia de aplicação, foram realizadas as provas de ciências humanas; linguagens, além da redação, cujo tema foi Combate ao uso indiscriminado das tecnologias digitais de informação por crianças. Ontem, o exame teve cinco horas e meia de duração. Hoje, os participantes responderão às questões de matemática e ciências da natureza, com cinco horas.

Renato espera ter um melhor desempenho no segundo dia de provas. “As questões do primeiro dia foram complicadas. Como gosto mais de matemática, espero me dar melhor amanhã. Em relação à redação, achei o tema difícil, mas consegui desenvolver o texto”, disse o candidato, que pretende cursar engenharia mecânica no ensino superior. Ele e outros 18 reeducandos da Funase fizeram o Enem PPL na tarde de ontem na Escola de Referência em Ensino Médio (Erem) Luísa Guerra. A escola tem cinco turmas e 201 alunos, que estudam pela manhã ou à tarde.

A gestora do Case Cabo de Santo Agostinho, Tatiane Moraes, destaca que a realização do Enem PPL é uma chance de reinserir os reeducandos na sociedade. “Na escola, eles têm acesso a todas as disciplinas comuns à matriz curricular de uma escola convencional. Temos casos de jovens que saíram daqui e entraram no ensino superior. Incentivamos a participação no exame porque é uma forma muito positiva de reintegração à sociedade”, ressaltou.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pelo Enem, 46.163 inscrições foram feitas em todo o Brasil, em 25 estados e no Distrito Federal. São Paulo foi o estado com o maior número - 15.832 candidatos. As unidades que firmaram adesão com o Inep são obrigadas a garantir espaço para as provas, segurança e sigilo durante a realização do exame.

Os participantes do Enem PPL que já concluíram ou concluirão o ensino médio neste ano poderão utilizar o desempenho no exame para acesso à educação superior. Já os participantes que não estejam cursando ou não concluirão o ensino médio no ano letivo de 2019 só poderão utilizar os resultados individuais para autoavaliação.

O responsável pedagógico de cada unidade prisional ou socioeducativa tem a função de acompanhar todos os trâmites do exame, desde a inscrição até o resultado. Também determina as salas de provas dos participantes; a transferência entre as unidades e faz a exclusão aqueles que tiverem a liberdade decretada. É ainda responsável pelo acesso aos resultados obtidos pelos participantes, além de fazer a inscrição e pleitear o acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

topo 

O POPULAR - GO - BRASIL

Governo anuncia versão digital de diplomas CUSTO MENOR

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta terça-feira (10) que universidades e instituições de ensino superior terão uma nova modalidade de emissão de diplomas de graduação: o diploma digital. De acordo com o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa Júnior, a medida visa reduzir os custos de emissão do certificado e agilizar a empregabilidade de jovens graduados. “Quando a pessoa se forma no nível superior, o nível de empregabilidade se torna muito elevado. Isso é fruto das oportunidades que estamos criando, é mais um serviço de transformação digital.

Evamos corrigir um erro histórico: ficamos muito distantes dos alunos. Mas, cada vez mais, queremos nos aproximar e construir um novo mundo. Um mundo de educação de qualidade”, disse o secretário. O novo formato deve estar disponível para 8,3 milhões de estudantes brasileiros que estão em fase de graduação e que serão beneficiados pela primeira fase de implantação do diploma digital. O projeto-piloto foi realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e conseguiu reduzir o tempo de emissão de um diploma devidamente autenticado e assinado digitalmente pelo ministério para 15 dias - prazo 84% menor que os 90 dias estipulados pela maioria das instituições de ensino superior do Brasil. Segundo o secretário, por enquanto a nova tecnologia não será aplicada para cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados. As instituições terão dois anos - até dezembro de 2021 - para fazer a transição completa para o modelo de diploma digital. A medida não afetará o estilo visual dos diplomas. A validação será por meio de um código QR no verso dos documentos.

topo ↕

ITNET - TEMPO REAL

Capes aprova primeiro mestrado acadêmico do campus de Itabaiana, que será voltado às Ciências Naturais

O mestrado englobará três linhas de pesquisa: (1) Saúde e Meio Ambiente, (2) Biodiversidade e Meio Ambiente e (3) Ensino de Ciências Naturais.

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** aprovou a abertura do primeiro curso de mestrado acadêmico do campus de Itabaiana. Trata-se do Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais. O resultado foi divulgado em outubro.

O mestrado englobará três linhas de pesquisa: (1) Saúde e Meio Ambiente, (2) Biodiversidade e Meio Ambiente e (3) Ensino de Ciências Naturais. O edital de seleção deverá ser lançado ainda em dezembro de 2019.

“Em linhas gerais, a área de Biodiversidade e Meio Ambiente agrupará projetos de pesquisas que visam o conhecimento da biodiversidade, a conservação de espécies ameaçadas de extinção, uso e ocupação de áreas, recuperação de ambientes degradados, estudo de espécies invasoras e problemas ambientais relacionados, principalmente, ao uso indiscriminado de agrotóxicos. Este último faz uma ponte direta com a segunda área de concentração da proposta, a área Saúde e Meio Ambiente. Esta área propõe compreender a participação das alterações ambientais, causadas pelo uso indiscriminado de agentes químicos no estado de Sergipe, particularmente no Agreste de Itabaiana, e também no desenvolvimento de doenças neurodegenerativas”, informa o comunicado divulgado pela coordenação do curso.

“Além disso, ela agrupa projetos de pesquisa que visam o desenvolvimento e aplicação de produtos naturais, obtidos na região do agreste sergipano, na melhoria da saúde humana e ambiental, como alternativa sustentável, voltadas para as afirmativas de educação em saúde e educação ambiental. Por fim, a área de Ensino de Ciências Naturais, agrupará professores de Biologia, Física, Educação, Química e Geografia, com projetos que visam estudar a formação docente em Ciências Naturais, campo que envolve diretamente aspectos da educação ambiental e educação em saúde, também abordado nas duas outras linhas de pesquisa do programa”, complementa o informe.

Vagas

De acordo com o professor José Ronaldo, coordenador da proposta aprovada, existe a previsão de 20 vagas para ingresso em 2020.1. “Parte das vagas ofertadas serão destinadas a professores e profissionais da saúde do setor público”, diz Ronaldo.

Cabe ressaltar que a aprovação da proposta de mestrado deve-se também aos esforços realizados pela direção do campus, coordenado pelo professor Marcelo Mendes.

Segundo ele, “o mestrado em Ciências Naturais representa um grande avanço científico e tecnológico para a região do Agreste de Itabaiana, que apresenta grande potencial para o desenvolvimento. Por outro lado, o mestrado acadêmico contribui para ampliação da produção do conhecimento e fortalecimento do campus”.

Para o pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, Lucindo Quintans, “a aprovação consolida a interiorização da Universidade Federal de Sergipe e fortalece a experiência profissional dos pesquisadores envolvidos no programa”.

topo ↕

JORNAL DE UBERABA - MG - TEMPO REAL

Pesquisadores da UFV descobrem mecanismo inédito de resistência entre vírus e bactérias que pode combater pragas na agricultura

A descoberta pode gerar soluções de combate a doenças que causam prejuízos na agricultura

Pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em parceria com instituições estrangeiras, descobriram um mecanismo inédito de resistência cruzada entre vírus e bactérias em plantas. A descoberta pode gerar soluções de combate a doenças que causam prejuízos na agricultura. A professora Elizabeth Pacheco Batista Fontes, do Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular da UFV, lidera a pesquisa e fala sobre a descoberta, publicada em uma revista científica em novembro.

Resistência cruzada – Segundo Elizabeth, o trabalho foi desenvolvido através da resistência ativada contra vírus em plantas pela exposição prévia a bactérias. Isso significa obter imunidade a doenças diferentes do agente patogênico no qual ele foi exposto.

Essa estratégia antiviral ativada pela imunidade antibacteriana, de acordo com a pesquisadora, era algo até então desconhecido no meio científico. A descoberta tem potencial para gerar soluções de combate a doenças que causam prejuízos milionários na agricultura.

A primeira planta que foi utilizada para entender o mecanismo de resistência cruzada foi o modelo *Arabidopsis*, um gênero da família de plantas como couves e a mostarda.

Os pesquisadores demonstraram que a infecção de plantas não hospedeiras com bactérias leva ao acionamento de um mecanismo molecular por um receptor conhecido como NIK1, uma proteína, que tem como efeito colateral o comprometimento da atuação de certos vírus, que foi descoberta pelo mesmo grupo em 2015 e publicado na revista *Nature*.

Atualmente, Fontes informou que os estudos estão sendo realizados em tomateiros para aplicação destes conhecimentos e para impedir a ação do begomovírus.

De acordo com estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), este tipo de vírus é transmitido por mosca-branca e causa danos devastadores em todo o mundo, principalmente em plantas de mandioca, algodão, tomate, pimentão e feijão. No Brasil, o combate ao begomovírus é especialmente importante em tomateiros e feijoeiros.

A pesquisadora apontou que a incidência e a severidade das doenças causadas pelo begomovírus em tomateiros tem aumentado consideravelmente nos últimos 20 anos, devido à alta taxa de mutações.

“Espera-se que as mudanças climáticas previstas alterem ainda mais a distribuição do inseto vetor, a mosca-branca, representando uma ameaça significativa à agricultura mundialmente. Portanto, esperamos que este mecanismo de resistência cruzada possa ser explorado como uma alternativa eficiente para se conseguir resistência contra begomovirus no Brasil e mundialmente. “, explicou Elizabeth.

O estudo também abre possibilidades de investigação de como esse processo ocorre no organismo de animais – inclusive em seres humanos. “Há semelhanças entre os nossos sistemas de defesa e os das plantas, o que permite vislumbrar, futuramente, desdobramentos que venham a ser utilizados em prol de nossa saúde”, afirmou Fontes.

A pesquisadora apontou como uma das principais vantagens da indução de resistência cruzada em plantas é que ela não é baseada em transgenia, ou seja, não são organismos geneticamente modificados, logo, o processo e o resultado no campo pode ser mais rápido.

Sobre os próximos passos, Elizabeth explicou que, no momento, os pesquisadores estão identificando bactérias não patogênicas de tomateiros a fim de selecionar aquelas que poderão ser utilizadas como prevenção natural contra begomovírus.

“Além disso, estamos identificando padrões moleculares de bactérias que podem acionar indiretamente o mecanismo de resistência ao vírus com ação preventiva na agricultura.”, finalizou a professora.

Pesquisa tem parceria entre Brasil, China e EUA – O desenvolvimento da pesquisa contou com a participação de 12 estudantes de doutorado, oito pós-doutores, quatro estudantes de mestrado e estudantes de iniciação científica, financiados com bolsas da Fapemig, CNPq e Capes e pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Interações Planta-Praga.

Além dos pesquisadores da UFV, a pesquisa contou com parcerias entre os institutos dos Estados Unidos, como Salk Institute of Biological Science e Texas A&M University, e o Huazhong Agricultural University, na China.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Ensinando o professor a dar aulas sobre o cotidiano

Trabalho com competências socioemocionais, previsto na base curricular, exige formação e atualização profissional

Os resultados do Brasil na edição 2018 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), divulgados na semana passada, mostram que 68% dos estudantes brasileiros de 15 anos não sabem o básico de Matemática, 50,1% apresentaram baixo desempenho em Leitura e 55,3% têm baixo desempenho em Ciência. Na série histórica (desde o ano 2000), o Brasil aparece estagnado há dez anos.

Isso é resultado, afirmam os especialistas, da falta de políticas públicas consistentes que tenham como prioridade não o aluno, mas o professor. E o desafio cresce no próximo ano, com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a necessidade de trabalhar as competências socioemocionais.

“Valorizar o professor é condição central para o sistema educacional promover e sustentar um salto de qualidade”, afirma Olavo Nogueira Filho, diretor de políticas educacionais do Todos Pela Educação. “A despeito de diferentes espectros políticos, culturais e sociais, o que o Pisa nos mostra é que os países com melhores resultados traçaram um caminho similar: bons salários e formação inicial e continuada bastante rigorosa.”

A questão da formação docente é tão importante que uma resolução aprovada recentemente pelo Conselho Nacional de Educação já traz diretrizes importantes, como a que define um perfil de egresso para cursos de licenciatura e Pedagogia, em termos de conhecimentos e competências. Mas e os milhares de docentes que já estão em sala de aula? O desafio é atualizá-los para que consigam trabalhar o conteúdo de forma que faça sentido e seja apreendido pelos alunos e, ao mesmo tempo, atuar no desenvolvimento de competências como resiliência, assertividade e empatia.

“A maioria dos docentes foi formada para passar conteúdo. Isso não funciona mais. Hoje, o conteúdo está no Google, para todo mundo achar em segundos. A atuação dos professores precisa ser outra: tem de estar nos relacionamentos e no que a gente faz com esse conteúdo que está no Google”, afirma a educadora Áurea Araújo Bartoli. Convivência

Licenciada em Química e Pedagogia e com 23 anos de magistério, a educadora assumiu há três anos cargos de gestão e, depois disso, passou a estudar e a atuar para transformar esse modelo que já não faz mais sentido. Áurea implementou na escola em que é diretora um grupo de formação de professores e um programa de convivência ética que abrange 2 mil alunos matriculados do 6.º ao 9.º ano do ensino fundamental.

“Não adianta apenas eu dizer ao professor que ele precisa trabalhar conceitos como empatia, resolução de conflitos, respeito próprio. Ele precisa saber o porquê disso e fazer a reflexão sobre a prática. Se não, pode achar, por exemplo, que é só uma regra fazer trabalho em grupo e não individual. Se isso acontece, não vai conseguir aproveitar o potencial pedagógico do momento.”

Para estruturar o programa que implementa, Áurea também buscou formação. Ela termina neste ano o curso de pós-graduação As Relações Interpessoais na Escola: das Competências Socioemocionais à Personalidade Ética, oferecido pelo Instituto Vera Cruz. Com cinco semestres de duração, o objetivo do curso é formar especialistas aptos a identificar e a intervir em problemas de convivência. Além disso, eles se tornam capazes de favorecer o desenvolvimento socioafetivo da criança e do adolescente.

Na grade, há disciplinas como Desenvolvimento Moral e Afetivo e outras que abordam os problemas de convivência na escola. No tópico Manifestações Violentas, por exemplo, são tratados temas como diferenciação entre violência e agressividade, o fenômeno “bullying” e as sutilezas desse tipo de violência na escola, além de estudos sobre os sentimentos de vergonha e humilhação e as consequências disso para o desenvolvimento da autonomia moral.

A partir desse repertório, a parte propositiva fica por conta de disciplinas como a que trabalha as Práticas para Convivência Ética, como assembleia escolar, teatro, jogos de representação, e para a expressão dos sentimentos, narrativas morais, entrevistas pessoais e sessão de debates.

“Ao formular um curso de pós-graduação, a gente faz esse movimento de tentar identificar as demandas, contemplar as pesquisas atuais e, ao mesmo tempo, olhar para as políticas públicas vigentes”, explica Andrea Luize, coordenadora do Instituto Vera Cruz.

Por causa da BNCC, por exemplo, o instituto também atualizou a proposta da pós em Educação Infantil - os iniciantes em 2020 já terão acesso a nova formatação. Já o curso de Didática em Matemática procura responder à Base e a uma demanda muito considerável dos docentes: a dificuldade de ensinar Matemática.

Conteúdo com sentido

Imagine uma criança que cresceu sem aprender totalmente Matemática, até porque a professora tinha dificuldade em ensinar e fazia parecer aquilo tudo muito chato. Depois do ensino médio, este agora jovem decidiu prestar um curso de Humanas, até para fugir das Exatas.

Essa pessoa se forma em Pedagogia e consegue um emprego como docente dos anos iniciais. Alguns dias em sala de aula e vem o desafio: cabe a ela ensinar os primeiros conceitos matemáticos àquelas crianças de uma forma diferente daquela que aprendeu, exatamente para não repetir o círculo vicioso.

Grupo de professores

Grupo de professores trabalha em um ‘programa de convivência ética’, que abrange 2 mil alunos de uma escola Foto: Thaís Mallon

E é esse exemplo que representa o currículo da maior parte dos docentes que buscam uma atualização em Matemática no País. “Existe uma aversão histórica para as áreas das Ciências e da Matemática e no curso de Pedagogia não há uma formação que supere essa antipatia”, explica Margareth Polido Pires, coordenadora da Segunda Licenciatura em Matemática do Instituto Singularidades.

O curso é voltado para professores já licenciados em diferentes áreas com o objetivo tanto de suprir as lacunas de conhecimentos matemáticos como de oferecer aportes didático-pedagógicos. A ideia é que o licenciado saia dali sabendo mais de Matemática e, ao mesmo tempo, apto a criar aprendizado de forma instigante. É um caminho para que, por fim, o Pisa não mostre novamente que mais de dois terços dos jovens brasileiros não sabem aplicar conceitos simples, como calcular a quantidade de

ingredientes necessários em uma receita que será duplicada.

Áurea Araújo

Áurea Araújo, 23 anos de magistério Foto: Áurea Araújo

“Isso acontece exatamente porque não é a partir desses exemplos práticos que a disciplina é ensinada”, afirma Lara Gonzalez Gil, pedagoga há 12 anos e aluna do curso do Singularidades. Ela conta que, assim que começou a lecionar, percebeu que as crianças, desde muito pequenas, já têm medo da Matemática. “Quero ajudar a desmistificar isso.”

Recentemente, em um módulo sobre Etnomatemática, Lara estudou exatamente sobre a importância de o professor enfatizar os conceitos matemáticos informais.

“É importante olhar para o território educativo do estudante. Ele vai aprender melhor se o estudo de gráfico não vier isolado, mas estiver atrelado a retas e curvas que mostram empregabilidade. Aprender porcentagem pode ser mais fácil se o professor mostrar como calcular os percentuais de impostos que pagamos.”

É um raciocínio que vale tanto para Matemática como para o ensino de outras disciplinas que também têm desafiado professores Brasil afora. No UniSagrado, a Especialização em Alfabetização, Letramento e Numeramento visa a ajudar os pedagogos e licenciados a refletirem sobre uma abordagem mais empática e casada ao dia a dia dos alunos, em vez de se valerem de apenas uma ou outra concepção teórica.

“A alfabetização é sempre um nó, com muita polêmica sobre os métodos de ensino enquanto as crianças nem sempre saem com as competências desejáveis”, afirma Ketilin Mayra Pedro, coordenadora do curso e do Centro de Ciências Humanas da instituição.

ctv-nnw-edu4

Ketilin Mayra diz que ideia é oferecer técnicas de letramento que atinjam as diversas disciplinas Foto: Unisagrado

No caso da linguagem, é uma defasagem que causa impactos em toda a jornada escolar e pelo restante da vida. Se metade dos jovens brasileiros não consegue identificar a ideia principal de um texto, como aprender História e Geografia?

“Exatamente por isso, nossa ideia não é só atender professores dos anos iniciais, mas também ajudar os docentes dessas disciplinas. Eles precisam de estratégias de letramento para não ignorar esse déficit dos alunos e, ao mesmo tempo, conseguir fazê-los avançar no aprendizado desses conteúdos que exigem, no mínimo, que se saiba interpretar um texto”, completa Ketilin.

Digital

Outro desafio, que vai perpassar o século 21, é o uso da tecnologia. E a BNCC também contempla isso ao definir que o estudante deve ser capaz de fazer um uso qualificado e ético das diversas ferramentas existentes e de compreender o pensamento computacional e os impactos da tecnologia na vida das pessoas e da sociedade.

Ao contrário do que muitas escolas têm feito, isso não significa tratar a tecnologia como

suporte e fazer a simples substituição da apostila pelo tablet. O que a BNCC aponta é para o uso da tecnologia integrada ao currículo. Isso não é simples. E exige formação do professor.

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) oferece o curso Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação, que mescla teorias interacionistas de educação e abordagens tecnológicas contemporâneas para ajudar o professor a integrar as tecnologias em suas práticas pedagógicas.

“É preciso avançar em tudo. Desde a infraestrutura das escolas - algumas ainda nem têm conexão de internet - até o uso da tecnologia como suporte na formação inicial do professor, que ainda é incipiente”, afirma Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida, professora da PUC-SP e pesquisadora de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em sala de aula. “O cenário é muito novo. Nós não temos ainda essa situação ideal. Mas é um processo que tem de ser construído. E logo.”

O que são competências socioemocionais?

Tudo começou por volta dos anos 1930, quando pesquisadores se debruçaram sobre quais seriam as palavras usadas para descrever os traços da personalidade humana. A partir dos anos 1980, foram definidos cinco eixos: abertura ao novo (curiosidade para aprender, imaginação criativa e interesse artístico), consciência ou autogestão (determinação, organização, foco, persistência e responsabilidade), extroversão ou engajamento com os outros (iniciativa social, assertividade e entusiasmo), amabilidade (empatia, respeito e confiança) e estabilidade ou resiliência emocional (autoconfiança, tolerância ao estresse e à frustração).

Diversas pesquisas revelaram que alunos que têm essas então denominadas competências socioemocionais de forma mais desenvolvida apresentam maior facilidade de aprender os conteúdos acadêmicos. Estudantes mais responsáveis, focados e organizados aprendem em um ano letivo cerca de um terço a mais de Matemática do que os colegas que apresentam esses parâmetros menos desenvolvidos. Em Língua Portuguesa, os efeitos são semelhantes, e alunos mais abertos e protagonistas têm seu aprendizado impulsionado em 30%.

[topo](#)

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Universidades devem garantir diploma digital até o final de 2021

Portaria, ainda não publicada, trará padrões de segurança e requisitos de informação

Brasília

As instituições de ensino superior do país terão até o fim de 2021 para se adequar ao processo de emissão de diplomas digitais. Os documentos físicos poderão continuar a ser fornecidos.

O MEC (Ministério da Educação) trabalha nas adequações das regras desde 2018, ainda no governo Michel Temer (MDB).

Em março deste ano, já sob o governo Jair Bolsonaro, a pasta regulamentou a medida em portaria. Nesta terça-feira (10), anunciou uma nova portaria, ainda não publicada, que trará padrões de segurança e requisitos de informação.

A adequação seria contada a partir de março, mas, agora, ganhou novo prazo, que se encerra em dezembro de 2021.

Uma versão digital deverá ser semelhante ao diploma tradicional e poderá ser acessada também pelo celular, segundo o MEC. A validação das informações deverá ser feita por um código alfanumérico e um QR Code.

Está previsto um processo de certificação digital, com segurança de dados assegurada pelo ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação). A validade e segurança devem ser padronizadas pelo ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira), com assinatura digital.

De acordo com o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, a iniciativa trará mais segurança contra fraudes além de reduzir o tempo de emissão.

"Começamos a nos aproximar melhor dos nossos clientes ", disse ele, referindo-se aos alunos, durante entrevista coletiva realizada em Brasília nesta terça.

A UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) desenvolveu neste ano um projeto-piloto para testar os processos de adequação. Neste trabalho, concluiu-se que o custo de emissão no novo formato fica em R\$ 85,12, ao passo que no sistema físico custa R\$ 390,26.

Além disso, um diploma físico leva cerca de 90 dias para ser emitido. Esse prazo pode cair para 15 dias.

A redução de custo e tempo se deve, sobretudo, a uma menor necessidade de trabalho de pessoal.

A digitalização prevê não apenas o documento final nesse formato mas também exige que todos documentos de apoio, como históricos escolares, estejam nas mesmas plataformas.

Não há previsão, entretanto, de investimentos do MEC para a adequação de infraestrutura tecnológica, que deve ser atendida tanto por instituições públicas quanto privadas.

A legislação sobre emissão de diplomas não será alterada. Dessa forma, faculdades continuam a emitir diplomas, mas precisam que uma universidade os registre.

O diploma digital só estará disponível inicialmente para cursos de graduação. O MEC planeja estender a medida futuramente para a pós-graduação.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Congresso aprova projetos que destinam R\$ 28,5 bilhões para ministérios e órgãos
Deputados e senadores aprovaram 24 projetos que remanejam recursos do próprio
Orçamento da União. Com decisão, propostas seguem para sanção presidencial.

Deputados e senadores reunidos no plenário da Câmara durante a sessão conjunta do Congresso nesta terça (10) — Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado
Deputados e senadores reunidos no plenário da Câmara durante a sessão conjunta do Congresso

nesta terça (10) — Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

Deputados e senadores reunidos no plenário da Câmara durante a sessão conjunta do Congresso nesta terça (10) — Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

O Congresso Nacional aprovou nesta terça-feira (10) 24 projetos que, somados, destinam R\$ 28,5 bilhões a vários ministérios e órgãos da administração federal.

As propostas remanejam recursos do próprio Orçamento da União deste ano e seguem para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Originalmente, segundo o sistema do Congresso, as propostas somavam cerca de R\$ 27,5 bilhões. Mas, de acordo com técnicos da liderança do governo, alguns valores foram atualizados, e o remanejamento total chegou a R\$ 28,5 bilhões.

O principal projeto aprovado na noite desta terça destinou cerca de R\$ 9,6 bilhões para:

Ministério da Saúde;
Ministério do Desenvolvimento Regional;
Ministério da Educação.

Parlamentares contrários a esse projeto afirmaram que o texto foi elaborado e aprovado com o objetivo de viabilizar recursos para o pagamento de emendas parlamentares em troca de votos favoráveis à aprovação da reforma da Previdência.

"Isso foi feito para pagar as emendas parlamentares da aprovação da reforma da Previdência. É um escândalo tirar dinheiro de moradia num país onde seis milhões de pessoas não têm onde morar, para pagar emenda parlamentar da reforma da Previdência", disse a deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS).

Líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO) afirmou que os recursos não são dos parlamentares, mas, sim, das políticas públicas.

"O que ocorre é que esse debate [...] dá a impressão de que esse recurso é do parlamentar. Esse recurso é do ministério, é da política pública vigente naquela rubrica. O que acontece é que a briga por liberação de recurso em qualquer município brasileiro tem os seus representantes: o Poder Executivo, os deputados, os senadores. É da Constituição", disse Gomes.

O líder ressaltou ainda que, no início do ano, houve um contingenciamento de recursos por parte do Ministério da Economia, mas que a partir de um "exercício fiscal" foi possível desbloquear a verba.

Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Congresso também aprovou nesta terça um projeto do governo que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020.

A proposta inclui nas despesas discricionárias (as que o governo pode decidir e remanejar) as emendas enviadas pelas comissões permanentes do Senado e da Câmara e

pelo relator da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Já está previsto na LDO que as emendas individuais e as de bancada estadual são de execução obrigatória, novidade promulgada pelo Congresso na PEC do Orçamento Impositivo.

O relator da LDO e do projeto aprovado, deputado Cacá Leão (PP-BA), explicou que as mudanças foram realizadas apenas para separar no Orçamento a origem do dinheiro, principalmente nos casos em que o governo não destinar verba para as obras indicadas pelos parlamentares.

Também nesta terça, os parlamentares aprovaram projeto que estabelece o plano plurianual para o período orçamentário de 2020 a 2023.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Professora da UFRB denuncia racismo de aluno que recusou receber prova em sala de aula; VÍDEO

Caso aconteceu na noite de segunda-feira (9) e é investigado na Delegacia de Cachoeira. Estudante foi à delegacia e registrou boletim de ocorrência alegando que sofreu preconceito de colegas e foi acusado de racismo.

Por TV Bahia

Uma professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) denunciou à Polícia Civil que sofreu racismo durante a aplicação de provas, dentro do campus da instituição, na cidade de Cachoeira. A ação foi gravada por estudantes que estavam dentro da sala de aula. [Assista ao vídeo acima]

Segundo a polícia, o estudante do curso de Ciências Sociais, Danilo Araújo de Góis, esteve na Delegacia de Cachoeira e relatou que foi vítima de preconceito, porque os estudantes não deixaram ele se explicar e o chamaram de racista. Ele registrou um boletim de ocorrência e foi liberado.

De acordo com informações da polícia, na denúncia da professora Isabel Cristina Ferreira dos Reis consta que Danilo Araújo se recusou a receber a prova da mão dela, porque ela é negra. O caso aconteceu na noite de segunda-feira (9), no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL).

O vídeo mostra o momento em que Danilo Araújo de Góis se recusa a pegar uma avaliação das mãos da professora. Na mesma hora, a coordenadora do curso chega ao local e a docente tenta fazer a entrega da prova pela segunda vez, mas o jovem recusa mais uma vez.

Nas imagens, não tem como entender o que o aluno diz para a professora, mas é possível ouvir que ela responde o jovem com "mas eu não tenho nenhuma doença contagiosa".

O vídeo mostra que a coordenadora do curso fala para a professora que é um direito dela continuar na sala sem o aluno. "A senhora, professora, se sente confortável em condições de prosseguir a avaliação com o estudante na sala? Porque é seu direito [que ele saia da sala]".

Após a pergunta, a professora diz que não tem condições de aplicar a prova para o aluno e ele é convidado pela coordenadora a sair da sala.

"Então, eu acho que a gente, eu como coordenadora do colegiado do curso de história, aqui diante de membros do colegiado, convido o estudante que saia da sala. Peço aos colegas que se colocarem à disposição, nós vamos convocar vocês para servir como testemunhas", diz a coordenadora do curso.

Professora da URFB denuncia racismo de aluno que recusou receber prova em sala de aula — Foto: Reprodução/TV Bahia Professora da URFB denuncia racismo de aluno que recusou receber prova em sala de aula — Foto: Reprodução/TV Bahia

Professora da URFB denuncia racismo de aluno que recusou receber prova em sala de aula — Foto: Reprodução/TV Bahia

Em nota, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia informou que repudia a atitude do estudante do curso de Ciências Sociais, Danilo Araújo de Góis, para com a professora Isabel Cristina Ferreira dos Reis e outros estudantes do Centro de Artes, Humanidades e Letras, em Cachoeira.

A instituição também informou que criou uma comissão para apurar as denúncias encaminhadas por estudantes e professores do Centro de Artes, que informam ter presenciado outras manifestações de preconceito racial, de gênero e de homofobia por parte do estudante.

De acordo com a UFRB, a instituição está tomando as medidas administrativas e jurídicas cabíveis para contribuir com a apuração dos fatos ocorridos. O caso segue em investigação na Delegacia de Cachoeira.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Programa Bolsa Universidade divulga classificados na primeira chamada do processo seletivo 2020

Resultado preliminar classificou mais de 14 mil candidatas.

A Prefeitura de Manaus divulgou nesta terça-feira (10) a lista com os classificados na primeira chamada do processo seletivo 2020 do Programa Bolsa Universidade (PBU). O programa é coordenado pela Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional (Espí), vinculada à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão (Semad). O resultado está disponível aqui.

De acordo com a diretora-geral da Espí/Semad, Stela Cyrino, o processo seletivo terá outras etapas e mais candidatas serão beneficiados.

“Os candidatas devem ficar atentos à data da entrega de documentação e devem ler o edital, pois lá consta todos os documentos necessários para a contemplação da bolsa. Além dos candidatas contemplados na primeira chamada, teremos uma segunda chamada e um remanejamento, para que mais pessoas tenham a oportunidade de cursar um ensino superior”, frisou.

O resultado preliminar classificou mais de 14 mil candidatas, que deverão entregar a documentação necessária entre os dias 16 e 19 de dezembro, das 8h às 17h, na sede da Espí/Semad, localizada na Avenida Professor Nilton Lins, 3.259, bloco D da

Universidade Nilton Lins, no conjunto Parque das Laranjeiras, Zona Centro-Sul.

A lista com os documentos exigidos para o candidato está disponível no edital, bem como os documentos necessários para o candidato e todos os moradores da mesma residência, além documentos necessários para comprovação de renda.

Recursos

O prazo para interposição de recursos, destinado aos candidatos que, por algum motivo, se sentirem prejudicados com o resultado, acontece nos dias 11 e 12 de dezembro.

Os recorrentes também devem comparecer à Espi/Semad, munidos de quaisquer documentos que comprovem a justificativa.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC anuncia versão digital de diplomas com custo 80% menor

O Ministério da Educação (MEC) anunciou hoje (10) que universidades e instituições de ensino superior terão uma nova modalidade de emissão de diplomas de graduação: o diploma digital. De acordo com o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa Júnior, a medida visa reduzir os custos de emissão do certificado e agilizar a empregabilidade de jovens graduados.

“Quando a pessoa se forma no nível superior, o nível de empregabilidade se torna muito elevado. Isso é fruto das oportunidades que estamos criando, é mais um serviço de transformação digital. E vamos corrigir um erro histórico: ficamos muito distantes dos alunos. Mas, cada vez mais, queremos nos aproximar e construir um novo mundo. Um mundo de educação de qualidade”, disse o secretário.

O novo formato deve estar disponível para 8,3 milhões de estudantes brasileiros que estão em fase de graduação e que serão beneficiados pela primeira fase de implantação do diploma digital. O projeto-piloto foi realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e conseguiu reduzir o tempo de emissão de um diploma devidamente autenticado e assinado digitalmente pelo ministério para 15 dias – prazo 84% menor que os 90 dias estipulados pela maioria das instituições de ensino superior do Brasil. Segundo o secretário, por enquanto a nova tecnologia não será aplicada para cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados.

Custos menores

Os custos para a emissão do diploma digital também são positivos. De acordo com Barbosa Júnior, a medida deve economizar R\$ 48 milhões ao ano para as instituições que emitem o papel. Jean Martina, que supervisionou o projeto-piloto na UFSC, explicou que os custos logísticos serão reduzidos drasticamente. “O preço de emissão de um diploma digital físico é de R\$ 390,26. A versão digital custará pouco mais de R\$ 85. O principal ganho é que vamos desmaterializar o papel e criar uma versão eletrônica, que estará disponível em qualquer celular”.

A versão digital dos diplomas também será uma garantia de autenticidade, pois qualquer pessoa poderá consultar a base de registros digitais disponibilizada pelo MEC, que validará as informações consultadas pelos aplicativos de celular ou pela internet. “O diploma [digital] visa garantir simplificação. O processo [de validação do diploma] é

muito moroso. O processo mais simples pode demorar até 120 dias, e muitas vezes os prazos não são sequer respeitados. Temos que garantir a desburocratização e, acima de tudo, garantir segurança para combater diplomas irregulares e falsos”, disse Barbosa Júnior.

Adaptação

As instituições terão dois anos – até dezembro de 2021 – para fazer a transição completa para o modelo de diploma digital. Isso significa que o aluno deverá ter acesso a uma versão normatizada e padronizada do diploma, que poderá ser acessada a qualquer momento por meio do site ou de aplicativos de celular. A medida não afetará o estilo visual dos diplomas. A validação será por meio de um código QR no verso dos documentos.

Ex-alunos que concluíram o ensino superior antes da medida também poderão solicitar a versão digital do diploma. Esta, entretanto, seguirá as regras de emissão da 2ª via do documento, com o pagamento das taxas preestabelecidas pelas instituições.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova relatório que faz raio-X na gestão do MEC

Deputados aprovaram nesta terça-feira, 10, relatório da comissão que diagnosticou um cenário de paralisia na gestão do Ministério da Educação (MEC). O texto do relator, deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), antecipado pelo jornal O Estado de S. Paulo, foi aprovado de forma simbólica e unânime, e traz 55 sugestões à pasta do ministro Abraham Weintraub com o intuito de otimizar a condução de políticas educacionais.

As recomendações podem resultar na tramitação de 12 propostas legislativas (novas ou que já em tramitação). Entre elas, uma proposta de emenda constitucional para blindar a pasta de bloqueios do Orçamento. A PEC evitaria cortes como os que foram feitos neste ano pelo governo Jair Bolsonaro nos repasses a universidades.

O texto tem 273 páginas e avalia o planejamento e a gestão do MEC como “muito aquém do esperado e insuficientes para dar conta dos desafios educacionais que se apresentam no País”. Um dos argumentos de Rigoni é que o ministério ainda não apresentou Planejamento Estratégico para o ano de 2019, e diversas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) estão atrasadas.

Outro ponto é a baixa execução orçamentária. “Até julho foi executado apenas 4,4% do montante para investimentos do MEC – valor que corresponde a menos da metade do executado no mesmo período de 2018”.

Coordenadora do grupo de trabalho, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), afirmou que a ideia é apresentar soluções para os problemas encontrados. Além de sugerir novas propostas, o grupo que compõe a comissão da Câmara defende a aprovação de medidas que já tramitam no Congresso e faz recomendações para o setor educacional.

Uma das PECs em discussão na Câmara é a que exclui as despesas de instituições federais de ensino da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias no teto de gastos. As universidades arrecadam receitas como doação, convênio, valor da inscrição do vestibular, aluguel de imóveis ou espaços. Com o teto

de gastos, no entanto, se a universidade arrecadar mais do que previu, a verba vai para o fundo único do Tesouro.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Governo anuncia versão digital de diplomas com custo 80% menor

O Ministério da Educação (MEC) anunciou hoje (10) que universidades e instituições de ensino superior terão uma nova modalidade de emissão de diplomas de graduação: o diploma digital. De acordo com o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa Júnior, a medida visa reduzir os custos de emissão do certificado e agilizar a empregabilidade de jovens graduados.

"Quando a pessoa se forma no nível superior, o nível de empregabilidade se torna muito elevado. Isso é fruto das oportunidades que estamos criando, é mais um serviço de transformação digital. E vamos corrigir um erro histórico: ficamos muito distantes dos alunos. Mas, cada vez mais, queremos nos aproximar e construir um novo mundo. Um mundo de educação de qualidade", disse o secretário.

O novo formato deve estar disponível para 8,3 milhões de estudantes brasileiros que estão em fase de graduação e que serão beneficiados pela primeira fase de implantação do diploma digital.

O projeto-piloto foi realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e conseguiu reduzir o tempo de emissão de um diploma devidamente autenticado e assinado digitalmente pelo ministério para 15 dias — prazo 84% menor que os 90 dias estipulados pela maioria das instituições de ensino superior do Brasil. Segundo o secretário, por enquanto a nova tecnologia não será aplicada para cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados.

Custos menores

Os custos para a emissão do diploma digital também são positivos. De acordo com Barbosa Júnior, a medida deve economizar R\$ 48 milhões ao ano para as instituições que emitem o papel. Jean Martina, que supervisionou o projeto-piloto na UFSC, explicou que os custos logísticos serão reduzidos drasticamente.

"O preço de emissão de um diploma digital físico é de R\$ 390,26. A versão digital custará pouco mais de R\$ 85. O principal ganho é que vamos desmaterializar o papel e criar uma versão eletrônica, que estará disponível em qualquer celular".

A versão digital dos diplomas também será uma garantia de autenticidade, pois qualquer pessoa poderá consultar a base de registros digitais disponibilizada pelo MEC, que validará as informações consultadas pelos aplicativos de celular ou pela internet.

"O diploma [digital] visa garantir simplificação. O processo [de validação do diploma] é muito moroso. O processo mais simples pode demorar até 120 dias, e muitas vezes os prazos não são sequer respeitados. Temos que garantir a desburocratização e, acima de tudo, garantir segurança para combater diplomas irregulares e falsos", disse Barbosa Júnior.

Adaptação

As instituições terão dois anos — até dezembro de 2021 — para fazer a transição completa para o modelo de diploma digital. Isso significa que o aluno deverá ter acesso

a uma versão normatizada e padronizada do diploma, que poderá ser acessada a qualquer momento por meio do site ou de aplicativos de celular. A medida não afetará o estilo visual dos diplomas. A validação será por meio de um código QR no verso dos documentos.

Ex-alunos que concluíram o ensino superior antes da medida também poderão solicitar a versão digital do diploma. Esta, entretanto, seguirá as regras de emissão da 2ª via do documento, com o pagamento das taxas preestabelecidas pelas instituições.

IDEST - TEMPO REAL

IFMS realiza Seminário Institucional de Iniciação à Docência em Coxim Serão apresentados 41 trabalhos desenvolvidos por estudantes da licenciatura em Química.

O Campus Coxim do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) realiza nesta terça-feira (10), a edição 2019 do Seminário Institucional de Iniciação à Docência (Semid).

Serão apresentados 41 trabalhos desenvolvidos por estudantes da licenciatura em Química que participam dos Programas de Iniciação à Docência do IFMS e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Programa de Residência Pedagógica, e também por alunos da Pós-Graduação em Ciências da Natureza e Matemática oferecido pelo Instituto Federal.

O seminário, que é aberto ao público, terá início às 19 horas, no pátio do campus, que fica localizado na Rua Salime Tanure, s/nº, Bairro Santa Tereza.

Para mais informações sobre o evento, os contatos são o telefone 67.3291.9600 ou o e-mail coliq.cx@ifms.edu.br.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Fiocruz expande rede de educação e lança hub

A iniciativa é fruto de uma parceria firmada este ano com a Universidade de Oxford. A proposta é ‘unir pesquisadores e oferecer recursos e ferramentas para que possam desenvolver pesquisas em rede’

Uma rede internacional forte, que avança e inova, na educação em saúde. Para debater suas ações de internacionalização do ensino, a Fiocruz promoveu o Seminário Internacional do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt Fiocruz-Capes). Realizado nos dias 3 e 4 de dezembro, o evento reuniu a comunidade acadêmica e convidados estrangeiros para trocar experiências neste campo. No primeiro dia de seminário, um dos destaques foi o lançamento de um hub da Fiocruz na plataforma The Global Health Network (TGHN), que pode ser acessado aqui. A iniciativa é fruto de uma parceria firmada este ano com a Universidade de Oxford, responsável pela rede. Bonny Baker, da TGHN, explicou que a proposta é “unir pesquisadores e oferecer recursos e ferramentas para que possam desenvolver pesquisas em rede na área da saúde”.

À frente do projeto, o pesquisador Gustavo Matta, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), celebrou o lançamento do hub. “Hoje temos este novo espaço, que poderá contribuir para ampliar a colaboração e estimular o e-learning”, disse. Ele lembrou que a parceria surgiu da necessidade de respostas rápidas à epidemia de zika no Brasil, em 2016. No hub da Fiocruz na plataforma TGHN estarão disponíveis

cursos online desenvolvidos pelo Campus Virtual Fiocruz. O primeiro deles será sobre febre amarela.

Na abertura do evento, a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, cumprimentou todos que atuam para o desenvolvimento do PrInt Fiocruz-Capes. “Este programa é fruto de um trabalho coletivo, e também de um acúmulo de conquistas que a área da educação alcançou em nossa instituição”, afirmou. “É importante ter uma agenda positiva em meio a um cenário de tantas dificuldades”, pontuou.

A vice-presidente de Educação Informação e Comunicação, Cristiani Vieira Machado, destacou que — mesmo diante de uma conjuntura desfavorável — a Fundação tem sido protagonista em internacionalização. Ela comentou que, apesar de o seminário ser dedicado ao PrInt, há uma série de iniciativas em curso na instituição, como editais de mobilidade acadêmica e parcerias de excelência. “Este foi um ano desafiador para a pesquisa e para o ensino. Mas temos discutido as dificuldades estrategicamente, para fortalecer cada vez mais a articulação e a cooperação internacional”, destacou.

A mesa de abertura também contou com a participação de Luiz Eduardo Fonseca, representante do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz). A coordenadora-geral de Educação e coordenadora do PrInt, Cristina Guilam, parabenizou toda a equipe, os coordenadores e o Comitê Gestor do Programa pelo trabalho (saiba mais aqui).

Agência Fiocruz

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Andifes recebe relator da comissão parlamentar que fiscaliza trabalhos do MEC Felipe Rigoni fez uma apresentação dos trabalhos da Comissão realizados ao longo do ano, em reunião do Conselho Pleno da Associação

Durante a última reunião do Conselho Pleno em 2019, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes recebeu o deputado federal Felipe Rigoni, relator da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação (MEC) para uma apresentação dos trabalhos realizados ao longo do ano.

O parlamentar explicou que a comissão foi criada em maio com requerimento de 50 deputados de diferentes partidos. “Houve uma mudança na gestão do ministério, mas a comissão seria instituída independentemente de quem fosse o ministro da Educação, pois houve preocupação com o que nos pareceu uma ausência de trabalho e esse ‘cruzar os braços’ incomodou”.

Rigoni lamentou não ter havido uma reunião com o ministro Abraham Weintraub, mas garantiu que isso não comprometeu os trabalhos da comissão. “O ofício número um da comissão tratou de um convite ao ministro para apresentarmos a comissão e explicássemos como seriam os trabalhos. Infelizmente, não tivemos a oportunidade de uma agenda oficial com ele, mas temos sido bem recebidos por todas as secretarias e autarquias do MEC”.

Segundo o relator, foram enviados ao executivo 38 requerimentos de informações “dos mais diversos assuntos”. Além disso, a comissão fez 12 visitas técnicas a todas as

secretarias e a algumas autarquias do ministério, como a **Capes**, o INEP e FNDE e realizou nove audiências públicas. “Fizemos análises aprofundadas dos sistemas por meio dos quais são disponibilizados os recursos da pasta e em todas as plataformas de transparência”, detalhou.

Ao término desses trabalhos, a comissão emitiu relatório que traz um diagnóstico da pasta da Educação em mais de 260 páginas. O relator explicou que o documento focou em eixos considerados prioritários pelos parlamentares. “Nos debruçamos sobre temas muito preocupantes, como o ensino superior, e apontamos 54 recomendações ao poder executivo e 12 recomendações ao poder legislativo. Tratam-se de proposições que objetivam melhorar a execução do MEC.”

Entre essas recomendações, a comissão sugere que o MEC elabore e disponibilize na internet um planejamento estratégico detalhando o plano de trabalho para os próximos anos, priorize metas do Plano Nacional de Educação (PNE), além da previsibilidade de repasse de recursos para as universidades federais.

A avaliação final da comissão, segundo o relator é que o planejamento e a gestão do MEC estão “muito aquém do esperado e insuficientes para dar conta dos desafios educacionais que se apresentam no País”. “Diversas metas do PNE estão atrasadas e não há sequer cronograma de ação para atingi-las”, destacou.

Rigoni finalizou sua participação na reunião com os reitores e reitores garantindo que a comissão externa continuará os trabalhos para acompanhar a execução das sugestões apresentadas.

O presidente da Andifes, reitor João Carlos Salles (UFBA), agradeceu ao deputado pela participação e registrou que a associação está à disposição da comissão, reiterando a importância do trabalho que vem sendo feito pelos parlamentares. O reitor também destacou a necessidade do debate, lembrando que o conselho da Andifes é sempre o espaço para isso, independentemente de as pautas serem divergentes ou de opiniões unificadas.

Andifes

[topo](#)

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Em defesa da ciência

Líderes de partidos propõem resgatar financiamento à pesquisa para superar a crise econômica

Como resultado da articulação entre organizações científicas, deputados e senadores de diferentes espectros políticos, em 5 de novembro de 2019 foi publicado no jornal O Globo o artigo “A base do progresso”. Assinado por Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, e outros 21 líderes partidários, o texto defende que investimentos em ciência, tecnologia e educação são cruciais para garantir o desenvolvimento econômico e devem ser vistos como solução para a crise que o país atravessa.

Para sustentar o argumento, o artigo lembra que antes de 1990 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro era superior ao chinês, cuja economia, hoje, compete com a norte-americana. Para os autores do texto, a nova realidade foi possível devido ao

investimento que o país asiático fez em ciência e tecnologia (C&T). A China investe hoje 10 vezes mais recursos do que o Brasil dedica à área. O artigo critica ainda as tentativas do governo federal de contingenciar os gastos em C&T e em educação por causa da crise econômica. Mais especificamente, o corte no orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e que dá suporte aos cursos de pós-graduação do país, na qual 95% da pesquisa brasileira é produzida – e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – agência subordinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que é responsável pelo financiamento de projetos de investigação científica e pela concessão de bolsas de pesquisa.

No artigo, os deputados também chamam a atenção para os riscos envolvendo a transferência da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “A desestruturação do sistema de P&D [pesquisa & desenvolvimento] ignora os caminhos apontados pela economia global”, avalia o texto, ao opinar que o relatório do Fórum Econômico Mundial divulgado em outubro reforça a importância de governos investirem em pesquisa científica e educação.

Veja o texto na íntegra: Pesquisa Fapesp

topo ↕

PORTAL AMAZÔNIA - BRASIL

Ifam será o primeiro instituto federal do Norte a ofertar doutorado profissional em Ensino Tecnológico

A aprovação da Capes foi publicada no último dia 22 de novembro, após dois anos da submissão da proposta à fundação vinculada ao Ministério da Educação

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** autorizou a oferta do curso do doutorado profissional em Ensino Tecnológico no Instituto Federal do Amazonas (Ifam). A aprovação foi publicada no último dia 22 de novembro deste ano, após dois anos da submissão da proposta à fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

De acordo com o pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Instituto, professor José Pinheiro de Queiroz Neto, a conquista é um marco histórico que vai além da Instituição. “A aprovação é um trabalho árduo dos professores, colegas do Campus Manaus Centro, local onde já existe um programa de mestrado. Este momento traz uma grande responsabilidade em fazer com que o programa seja de referência, e assim manter a qualidade que já temos iniciada com o mestrado para atender à sociedade particularmente da região Norte”, ressaltou.

No Ifam, o curso de doutorado será viabilizado pelo Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico (MPET). A coordenadora do programa de pós-graduação, professora Andreia Mendonça, afirma que a aprovação do doutorado não pertence apenas ao Ifam, mas a toda Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. “Uma vez que a gente consegue aprovar um doutorado profissional abre uma oportunidade de formação de excelência e contribui para formação de uma massa crítica na região Norte. Conseguimos ir para outro nível da verticalização do ensino e ficamos muito felizes por essa conquista”, pontuou.

Para o professor Amarildo Gonzaga, idealizador da proposta que, posteriormente, foi feita em colaboração com um grupo de professores do Mpet, a aprovação do doutorado legitima a identidade da pós-graduação no contexto educacional, não só amazônico, mas também brasileiro. “Tenho orgulho de participar do processo de aprovação do doutorado. É um projeto de vida meu e dos meus colegas de trabalho e uma conquista para a sociedade”, disse.

Segundo o reitor do Ifam, professor Antonio Venâncio Castelo Branco, esse é um momento histórico para o Instituto. “Agora temos um programa de doutorado, o único entre as institutos da região Norte, e com isso vai se consolidado a missão do Ifam em verticalizar o ensino. Sem dúvida quem ganha é a região que irá se desenvolver e evoluir, tudo isso por meio da educação”, destacou.

Veja o vídeo de apresentação do doutorado:

O edital de seleção do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico tem previsão de lançamento no primeiro semestre de 2020, o curso terá sede no Campus Manaus Centro do Ifam.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Secretário do MEC é sócio do dono do Brasil sem Medo, site lançado por Olavo de Carvalho

Carlos Francisco Nadalim é o único remanescente das indicações do escritor no ministério

BRASÍLIA - O secretário de Alfabetização do Ministério da Educação é sócio do dono do site Brasil sem Medo, lançado na quinta-feira, 5, pelo escritor e “guru” bolsonarista Olavo de Carvalho e anunciado como o “maior jornal conservador da internet brasileira”. Carlos Francisco Nadalim é o único remanescente das indicações de Olavo no MEC.

Na página há a informação de que o Brasil sem Medo é de propriedade de Arno Alcântara Júnior, sócio de Nadalim desde 2014 na empresa Alcantara e Nadalim Cursos On-Line LTDA. Ao Estado, Alcantara confirmou ser dono do site e sócio do secretário, mas disse que Nadalim não participa da administração do Brasil sem Medo.

Os dois foram alunos do curso online de Filosofia ministrado por Olavo. A empresa que abriram em conjunto tem diversos produtos, sendo o principal deles uma plataforma para a criação de cursos online para qualquer tipo de assunto - o mais famoso é feito por Nadalim. Chamado de Como Educar seus Filhos e voltado para pais, teve grande aprovação entre os entusiastas da educação domiciliar e defensores do método fônico de alfabetização. A difusão desse modelo de ensino tem sido a principal bandeira do secretário Nadalim desde que chegou ao MEC.

Em nota, o ministério disse que Nadalim encerrou uma sociedade para assumir o cargo, mas não especificou o nome da empresa. O MEC afirmou ainda que o secretário não é sócio de Alcantara Júnior no Brasil sem Medo e que ele não tem “qualquer ligação ou participação” no site.

No entanto, até a última sexta-feira, 6, o Brasil sem Medo tinha a informação de que o site é de propriedade de Ancantara Júnior. A empresa com o nome dos dois, Alcantara e

Nadalim, continua com cadastro ativo nos sistemas da Receita Federal e da Junta Comercial do Paraná. O secretário tenta desde fevereiro se desligar do quadro societário da empresa e chegou a recorrer à Justiça, mas ainda não há uma decisão.

O MEC não quis comentar sobre os documentos em que os dois constam como sócios e sobre o processo de dissolução da empresa. A pasta informou apenas que Nadalim “tomou conhecimento da abertura do site (Brasil sem Medo)” um dia antes do lançamento.

Alcantara Júnior informou que, apesar de ser o dono do Brasil sem Medo, quem responde por ele é o diretor executivo, Silvio Grimaldo, que também ocupou cargo no MEC como auxiliar do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

Também indicado por Olavo, Grimaldo pediu demissão ainda em março, após o escritor postar nas redes sociais uma recomendação aos seus alunos que ocupavam cargos no governo a “abandoná-los o mais cedo possível e voltar à sua vida de estudos”. À época do pedido de demissão, os “olavistas” foram apontados como os responsáveis pelo envio de uma carta às escolas brasileiras para que filmassem os alunos cantando o Hino Nacional e lendo o slogan de campanha de Bolsonaro.

Tropa de elite

A apresentação do Brasil sem Medo diz que o leitor encontrará notícias, análises e comentários de uma “tropa de elite do jornalismo, sob o comando do filósofo e escritor Olavo de Carvalho, pai da revolução democrática brasileira”. Afirma ainda que fará uma “distinção clara entre notícia e análise”, sem se “refugiar no patético isentismo da nova esquerda e do velho centrão”.

Em vídeo publicado na sexta-feira, 6, em seu canal do YouTube, o ideólogo Olavo de Carvalho diz que o jornal terá diariamente artigos, notícias, podcasts, etc.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

**Comissão da Câmara aprova relatório que faz raio-X na gestão do MEC
Texto foi aprovado de forma unânime e traz sugestões para otimizar políticas;
documento afirma que gestão da pasta está "muito aquém do esperado para dar
conta dos desafios educacionais que se apresentam no País"**

BRASÍLIA - Deputados aprovaram nesta terça-feira, 10, relatório da comissão que diagnosticou um cenário de paralisia na gestão do Ministério da Educação (MEC). O texto do relator, deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), antecipado pelo Estado, foi aprovado de forma simbólica e unânime, e traz 55 sugestões à pasta do ministro Abraham Weintraub com o intuito de otimizar a condução de políticas educacionais.

As recomendações podem resultar na tramitação de 12 propostas legislativas (novas ou que já em tramitação). Entre elas, uma proposta de emenda constitucional para blindar a pasta de bloqueios do Orçamento. A PEC evitaria cortes como os que foram feitos neste ano pelo governo Jair Bolsonaro nos repasses a universidades.

O texto tem 273 páginas e avalia o planejamento e a gestão do MEC como "muito aquém do esperado e insuficientes para dar conta dos desafios educacionais que se apresentam no País". Um dos argumentos de Rigoni é que o ministério ainda não apresentou Planejamento Estratégico para o ano de 2019, e diversas metas do Plano

Nacional de Educação (PNE) estão atrasadas.

Outro ponto é a baixa execução orçamentária. “Até julho foi executado apenas 4,4% do montante para investimentos do MEC - valor que corresponde a menos da metade do executado no mesmo período de 2018”.

Coordenadora do grupo de trabalho, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), afirmou que a ideia é apresentar soluções para os problemas encontrados. Além de sugerir novas propostas, o grupo que compõe a comissão da Câmara defende a aprovação de medidas que já tramitam no Congresso e faz recomendações para o setor educacional.

Uma das PECs em discussão na Câmara é a que exclui as despesas de instituições federais de ensino da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias no teto de gastos. As universidades arrecadam receitas como doação, convênio, valor da inscrição do vestibular, aluguel de imóveis ou espaços. Com o teto de gastos, no entanto, se a universidade arrecadar mais do que previu, a verba vai para o fundo único do Tesouro.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova relatório que considerou gestão do MEC como insuficiente

Weintraub deve ir à Casa nesta quarta-feira, mas deputados querem nova audiência para falar apenas sobre o relatório

BRASÍLIA — A comissão externa da Câmara que acompanha os trabalhos do Ministério da Educação (MEC) aprovou nesta terça-feira, por unanimidade, o relatório que classifica a gestão da pasta como “insuficiente” e “muito aquém do esperado”. O texto traz 52 recomendações ao órgão comandado pelo ministro Abraham Weintraub . As propostas devem ser entregues ao ministro amanhã, durante audiência na Comissão de Educação para a qual o ministro foi convocado. Os deputados querem aproveitar a oportunidade para convidá-lo para outra reunião, específica sobre o relatório.

— A gente olha pra execução orçamentária, pra equipe que compõe o MEC, para os principais projetos e, de fato, pra diversas áreas, foi um ano perdido pra Educação. A gente teve uma execução, ou seja, dinheiro colocado na prática na pauta de educação, jovens e adultos, por exemplo, que se aproxima de zero. Foi um ano muito ruim pra educação. A gente teve maturidade de fazer um trabalho não só de marcar oposição e criticar, mas de apresentar um conjunto de propostas—afirmou a presidente da comissão externa, Tabata Amaral (PDT-SP).

De acordo com o relator, Felipe Rigoni (PSB-ES), entre os problemas encontrados, está o nível de execução orçamentária pela pasta, considerado “muito baixo”. Segundo ele, “não há planejamento estratégico” em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE) e à nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

— Infelizmente, o MEC não tem um planejamento estratégico, prioridade para os próximos três anos. Não tem planejado como vai implementar o PNE e os planos das secretarias estão muito vagos. A título de exemplo: o EJA, são dois programas, um ficou com execução de 0% e o outro de 1%. Alfabetização está próximo de zero. Apoio à educação básica está próximo de zero. De tudo o que estava autorizado para o MEC investir, tirando o contingenciamento que estava em vigor e os gastos obrigatórios, em

julho deste ano, de tudo o que estava disponível para ser gasto, foram executados 4,4% — disse Rigoni.

Segundo Tabata Amaral, a Comissão fez 12 visitas ao MEC e nove audiências públicas, e também avaliou documentos oficiais para dar uma “parecer técnico” da gestão. Além das 52 recomendações ao Ministério da Educação, a comissão fez outras 12 para a própria Câmara dos Deputados, que serão entregues ao presidente da Casa, Rodrigo Maia. O relatório é descritivo e de sugestões, portanto, não tem poder para obrigar o executivo ou o legislativo para que tomem alguma medida.

O relatório faz uma avaliação por áreas da pasta. Em relação à Política Nacional de Alfabetização (PNA), por exemplo, anunciada como uma das prioridades do governo Bolsonaro, a comissão concluiu que, ao contrário do discurso, o MEC não conduziu ações efetivas na área. Segundo o texto, apenas foi feito um caderno com revisão bibliográfica parcial sobre o tema e houve descontinuidade em programas de gestões anteriores, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic).

A análise da comissão é de que a troca constante de servidores na pasta atrapalha a condução de políticas no MEC:

"O número de exoneração nos cargos de confiança, flagrantemente superior à gestão anterior, denotam instabilidade e falta de continuidade na gestão atual. Enquanto o padrão dos governos anteriores foi de um pico de exonerações no início do governo, voltando à estabilidade em aproximadamente 5 meses, a atual Administração Direta manteve um alto número de exonerações até último mês analisado."

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC lança Diploma Digital para combater falsificação diminuir tempo de espera Expectativa do órgão é de que a partir de 2022 as instituições não emitam mais o diploma físico; economia prevista é de R\$ 48 milhões por ano

BRASÍLIA — O Ministério da Educação (MEC) lançou, nesta terça-feira, um programa para emissão digital de diplomas de nível superior. Batizado de Diploma Digital , o projeto será destinado tanto às instituições de ensino superior públicas, como privadas, até o fim de 2021. A partir de janeiro de 2022, todas as instituições deverão emitir o diploma de graduação digital em substituição ao papel tradicional.

De acordo com a pasta, a alteração vai diminuir o tempo de espera dos alunos pelo documento, que estará disponível em menos de 15 dias. Ainda segundo o MEC, apenas com a adesão das universidades federais a economia prevista é de cerca de R\$ 48 milhões por ano.

— Estamos tentando corrigir um erro histórico. Nós ficamos muito distantes dos nossos alunos. O diploma visa garantir a simplificação. Hoje o processo é muito moroso, os mais simples demoram 120 dias e, às vezes, esses prazos não são sequer respeitados. A qualquer tempo o aluno poderá ter o diploma no celular ou no computador. Estamos revolucionando a partir do básico — disse o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima.

Ainda segundo Lima, a medida vai combater a falsificação de diplomas, pois a transmissão dos dados é garantida pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

(ITI). Além disso, a validade jurídica e a segurança dos novos diplomas serão asseguradas quando as instituições assinarem o documento com o certificado digital e o uso do carimbo do tempo (que atesta a data e hora exatas da assinatura), no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Uma nota técnica que institui a mudança foi publicada hoje com as orientações e padronização para as instituições começarem a se adaptar às novas regras. A versão digital do diploma vai eliminar etapas como a coleta de dados e assinatura, impressão e deslocamento do aluno até a instituição para ter o documento, que poderá ser acessado pelo computador ou celular a partir do site de cada universidade, centro universitário, faculdade ou instituto federal.

Pelos próximos dois anos, o MEC vai fiscalizar a implementação do Diploma Digital em todas as instituições. De acordo com o órgão, as universidades e faculdades terão condições de atender os requisitos de segurança e disponibilidade da informação. O novo certificado vai contar com o código alfanumérico e um QR Code no verso para atestar a validade do documento. No entanto, cada instituição universitária terá liberdade para diagramar o documento conforme achar melhor.

Todo o processo de emissão e registro do diploma foi testado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Segundo o MEC, o custo do diploma físico é de R\$ 390,26 por estudante e será reduzido para R\$ 85,15 com a versão digital.

Quem já tem diploma também poderá ter um certificado digital, mas, para isso, deverá aguardar a instituição onde estudou se adequar à nota técnica. Isso porque, não se trata de digitalizar os diplomas que já existem, mas sim de “nascerem digitais” em todos os processos da emissão ao armazenamento.

A princípio, a medida vale somente para alunos de graduação de instituições de ensino superior públicas e privadas.

*Estagiário sob supervisão de Amanda Almeida

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Comissão da Câmara aprova relatório final com críticas à gestão do MEC
O documento aponta fragilidade do planejamento e da gestão da pasta, indica metas atrasadas, mudanças na estrutura, entre outros pontos.**

O relatório final com críticas à gestão do Ministério da Educação foi aprovado por unanimidade nesta terça-feira (10) na Comissão Externa da Câmara.

O documento aponta "fragilidade do planejamento e da gestão" da pasta, indica metas atrasadas, mudanças na estrutura organizacional que interferiram na execução de projetos, entre outros pontos.

O relatório possui sugestões de atuação para o MEC "melhorar a condução de políticas educacionais" e aponta prazos para a execução das propostas. O relatório final incorporou sugestões dos deputados, como a recomendação de que o Ministério da Educação desse apoio a estados, Distrito Federal e municípios para implementar o ensino técnico.

O texto deverá ser encaminhado ao presidente da Câmara, à Comissão de Educação que poderá aprovar os projetos sugeridos, e ao MEC.

Diagnóstico do MEC

planejamento e a gestão do MEC estão muito aquém do esperado
não apresentou Planejamento Estratégico para 2019
metas do Plano Nacional de Educação (PNE) estão atrasadas
nem todas as Secretarias publicaram seus planos de trabalho e os publicados não apresentam prioridades, clareza nas metas, prazos ou responsáveis para as ações propostas
as mudanças na estrutura organizacional criaram sobreposições de atividades e lacunas de atuação em áreas fundamentais
menor número de agentes em cargos de confiança com experiência, se comparado aos dois últimos governos
os cargos de maior nível hierárquico são ocupados em grande maioria por homens, enquanto os cargos de nível inferior são ocupados por pessoas do sexo feminino
número de exoneração nos cargos de confiança, flagrantemente superior à gestão anterior
instabilidade e falta de continuidade na gestão atual
baixa execução orçamentária em diversos programas
Política Nacional de Alfabetização (PNA) não foi implementada
implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) segue com diversos pontos de indefinição
não existe uma Política de Formação Docente
falta de transparência na Comissão criada pelo Inep para avaliar a pertinência do Banco Nacional de Itens (BNI) com a "realidade social" do Brasil
iniciativas do governo nos processos de escolha e nomeação de reitores e na distribuição de recursos de forma arbitrária e de contingenciamento seletivo em Universidades colocam em risco a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das instituições de ensino superior

Principais recomendações

Elaborar e publicar o Planejamento Estratégico até fevereiro de 2020
Aprofundar, alinhar e divulgar planos de trabalho até março de 2020
Criar um Observatório da Gestão Educacional, plataforma online com metas, objetivos e indicadores de desempenho até abril de 2020
Priorizar e quantificar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), com comunicação clara e transparente até março de 2020
Aprimorar ferramentas de acompanhamento do PNE até março de 2020
Tornar a Instância Permanente de Negociação entre a União, Estados, Distrito Federal e os Municípios ativa, e publicar datas e atas de suas reuniões em site oficial até janeiro de 2020
Implementar a Política Nacional de Alfabetização (PNA) até março de 2020
Compatibilizar Políticas de Alfabetização com as de Educação Básica até março de 2020
Alinhar o PNA com o Estatuto do Índio até janeiro de 2020
Analisar o Custo-efetividade dos gastos discricionários até julho de 2020
Homologar as novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação Inicial e Continuada de Professores até janeiro de 2020
Implementar as Novas Diretrizes para Formação até julho de 2020

Coibir cortes e contingenciamentos no orçamento das universidades durante toda a legislatura

Prestar apoio técnico às instituições de ensino superior para ampliarem a arrecadação própria até outubro de 2020

Realizar a conclusão da consulta pública do Future-se até março de 2020

Apresentar os indicadores da proposta do Future-se até março de 2020

Garantir a previsibilidade de repasse de recursos para as universidades até março de 2020

Instituir cronograma geral dos marcos da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) até fevereiro de 2020

Ampliar a Acessibilidade do Enem até a publicação do edital 2020, com revisão do Banco Nacional de Itens e inclusão de novas tecnologias visando a acessibilidade

Divulgar a existência da comissão de demandas até a publicação do edital 2020

Compatibilizar Enem digital às necessidades de acessibilidade até junho de 2020

Adequar o Enem ao Novo Ensino Médio até janeiro de 2021

Aplicar o Enem em duas etapas, a primeira com base na BNCC e a segunda de acordo com os itinerários formativos até janeiro de 2023

Revisar modelo do projeto piloto do Enem Digital até junho de 2020

Garantir a segurança e o sigilo do Banco Nacional de Itens (BNI) e a nãointerferência nos conteúdos da prova até junho de 2020

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC inicia capacitação para escolas cívico-militares

Programa do MEC vai contar com 54 escolas já em 2020. Modelo foi desenvolvido para promover um salto na qualidade educacional do Brasil

O MEC (Ministério da Educação) dá mais um passo para implementação das escolas cívico-militares, no país. Nesta terça-feira (10) começou a primeira capacitação do programa que contará com 216 escolas até 2023; 54 escolas somente no próximo ano. O modelo foi desenvolvido para promover um salto na qualidade educacional do Brasil.

Ao todo 170 profissionais da educação e representantes de estados e municípios estão reunidos em Brasília. Eles participam de palestras e oficinas sobre o projeto político-pedagógico das escolas, as normas de conduta, avaliação e supervisão escolar, além da apresentação das regras de funcionamento das escolas e as atribuições de cada profissional.

Segundo o MEC, o treinamento também objetiva abrir espaço para o aprimorar as diretrizes do programa. Ao promover grupos de trabalho, o ministério permitirá que os participantes façam sugestões ao modelo de forma a adequar a implementação das escolas às necessidades de cada local.

O evento é destinado a dois grupos envolvidos no programa: diretores e coordenadores de escolas e pontos focais de secretarias estaduais e municipais de Educação, que trabalharão como multiplicadores da informação em suas regiões.

Os dois grupos iniciaram as atividades nesta terça-feira. O primeiro grupo tem programação até sexta-feira (13), enquanto o segundo encerra as atividades amanhã (11).

“O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é uma parceria do MEC com o

Ministério da Defesa. Cerca de 1.000 militares da reserva das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares da ativa vão atuar na gestão educacional das instituições. Em 2020, o MEC destinará R\$ 54 milhões para levar a gestão de excelência cívico-militar para 54 escolas, sendo R\$ 1 milhão por instituição de ensino”.

O LIBERAL - PA - REPÓRTER 70

Em poucas linhas

A aplicação do Prêmio **Capex** Talento Universitário, no domingo, foi feita em 60 municípios brasileiros. O exame distribuirá R\$ 5 milhões em prêmios — R\$ 5 mil para os mil com melhor rendimento na prova.

topo ↕

CORREIO DO NORTE - SC - GERAL

Doutorado na UnC é novidade para 2020

Conquista consolida a Instituição como agente articulador do processo de desenvolvimento regional

A UnC fecha o ano de 2019 com chave de ouro. A aprovação do Doutorado Acadêmico em Desenvolvimento Regional pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES** é motivo de comemoração para a comunidade acadêmica. A proposta do Curso foi analisada pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior e recebeu nota 4, de uma escala de 1 a 5. Atualmente, a Universidade oferta o Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional no Campus Canoinhas, com foco nas linhas de pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional; e Ambiente e Dinâmica Socioeconômica e Organizacional nos Territórios.

A conquista fortalece ainda mais o papel da UnC na produção e disseminação do conhecimento científico e consolida a Instituição como agente articulador do processo de desenvolvimento regional, afirma a Reitora Solange Sprendel da Silva.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Detentos fazem provas do Enem hoje e amanhã

O Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas que cumprem penas privativas de liberdade e sob medida socioeducativa (Enem PPL) vai ser aplicado nesta terça (10) e quarta-feira (11). A prova será aplicada para 41.044 participantes e conta com 1.228 instituições inscritas e homologadas.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 46.163 inscrições foram feitas, em 25 estados e no Distrito Federal. São Paulo é o estado com o maior número de inscritos, 15.832 participantes.

Para o presidente do Inep, Alexandre Lopes, o número de inscrições mostra o sucesso da parceria do Ministério da Educação (MEC) e do Inep com as secretarias estaduais de Segurança Pública, de Administração Penitenciária, de Direitos Humanos e de Educação.

Para garantir a segurança, os malotes de prova são escoltados até o local de aplicação, e o acompanhamento, durante o exame, será feito pela Polícia Federal. As unidades que firmaram adesão com o Inep são obrigadas a garantir espaço para as provas, segurança e sigilo durante a realização do exame.

Os participantes do Enem PPL que já concluíram ou concluirão o ensino médio neste ano poderão utilizar o desempenho no exame para acesso à educação superior. Já os participantes que não estejam cursando ou não concluirão o ensino médio no ano letivo

de 2019 só poderão utilizar os resultados individuais para autoavaliação de conhecimentos.

O responsável pedagógico de cada unidade prisional ou socioeducativa tem a função de acompanhar todos os trâmites do exame, desde a inscrição até o resultado. Ele também deve determinar as salas de provas dos participantes; a transferência entre as unidades e excluir aqueles que tiverem sua liberdade decretada.

O responsável pedagógico terá acesso aos resultados obtidos pelos participantes, fará a inscrição, pleiteará seu acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e deverá divulgar as informações sobre o exame aos participantes.

Da mesma forma que o Enem tradicional, o Enem PPL é constituído de redação e de quatro provas objetivas, cada uma com 45 questões de múltipla escolha. No primeiro dia do exame, serão aplicadas as provas de linguagens, códigos e suas tecnologias, redação e ciências humanas e suas tecnologias, com cinco horas e meia de duração. No segundo dia, serão aplicadas as provas de ciências da natureza e matemática, com cinco horas de duração.

*Com informações do Inep

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Witzel pede ao STF que suspenda obrigatoriedade de repasse de royalties para saúde e educação

Governador do Rio de Janeiro afirma que lei federal leva a uma clara agressão à autonomia financeira do Estado; ação aguarda parecer da ministra Rosa Weber

O governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel apresentou ação direta de inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar trecho da lei federal que prevê a obrigatoriedade da destinação de royalties do petróleo à saúde e educação. Segundo Witzel, a legislação fere ‘de forma muito grave’ a autonomia financeira do Estado do Rio de Janeiro, que passa por grave crise fiscal.

Os royalties são compensações determinadas por lei aos entes federativos em que ocorrem a extração do petróleo. Por lei, cada Estado deve destinar 75% dos recursos para a educação e os outros 25% para a saúde. A legislação foi sancionada em setembro de 2013 pela então presidente Dilma Rousseff (PT).

No pedido ao Supremo, Witzel argumenta que os dispositivos da lei ‘afetam diretamente – e de forma muito grave – a esfera de interesses do Estado do Rio de Janeiro’ e classifica a obrigatoriedade como uma ‘clara agressão’ à autonomia financeira e federativa do ente da União.

“Tal situação se revela ainda mais tormentosa diante da vigência do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que torna o manejo de recursos por parte do Poder Executivo temática ainda mais delicada, especialmente por conta de cenário de profunda escassez”, aponta Witzel.

O Rio de Janeiro acionou o programa de socorro da União por estar em grave crise fiscal. No acordo, o governo federal suspende a cobrança de dívidas com o Estado por três anos, para garantir um alívio nas contas fluminenses. Em troca, o Rio deverá

cumprir uma série de exigências para colocar as contas no azul.

Em setembro, o Conselho de Supervisão do RRF deu advertência a Witzel por não estar cumprindo as demandas impostas ao Estado do Rio. O acordo foi assinado em 2017 e a dívida fluminense com a União já chega a R\$ 32,5 bilhões.

Desde janeiro, Witzel tenta renegociar a dívida com o governo federal. Em junho, o governador mandou ao ministro Paulo Guedes (Economia) pedido de revisão do plano de recuperação fiscal.

Ao pedir o fim da obrigatoriedade dos repasses à educação e à saúde, Witzel sinaliza que gostaria de utilizar a verba em outras áreas. Segundo o governador, como o Estado é quem sofre o prejuízo da extração de petróleo, é o Estado quem deveria determinar como e onde os recursos da compensação por royalties devem ser alocados.

“Isso não quer dizer, por evidente, que saúde e educação não sejam searas prioritárias, nem que as receitas dos royalties não devam servir também a melhorias nesses serviços públicos, em adição às vinculações orçamentárias já estabelecidas pela Constituição. Pode ser que essa seja, de fato, uma destinação adequada com vista à compensação por danos e transtornos gerados com a atividade exploratória”, argumenta Witzel.

“Mas também é possível que não o seja – até porque os impactos ambientais e socioeconômicos produzidos tendem a ser os mais diversos, espraiando-se por áreas como ordenação urbana, segurança pública e habitação”, aponta.

topo ↗

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

EAD torna o nível superior acessível

Vídeos legendados e tradução em Libras ou narrações são estratégias inclusivas

O Censo de Educação Superior de 2018 mostra uma tendência que se consolida a cada dia. Não só pela migração de alunos da educação presencial para a educação a distância, mas pela crescente participação na educação básica de alunos portadores de necessidades especiais. Embora a modalidade EAD seja mais acessível, é preciso entender que o conceito de acessibilidade é muito mais amplo e é papel da instituição de ensino assegurá-la.

Entende-se como acessibilidade a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, nos termos da legislação vigente. Assim, além da qualidade, o projeto pedagógico deve incluir a facilidade de acesso ao melhor processo de ensino-aprendizagem, eliminando barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e de tecnologia.

De acordo com o Censo 2010, quase 24% dos brasileiros apresentam algum tipo de deficiência, sendo 18,6% visual, 5,1% auditiva, 7% motora, 1,4% intelectual ou mental. Por sua vez, o Censo Escolar de 2018 revelou que, nos últimos cinco anos, o número de estudantes com necessidades especiais matriculados em escola especial aumentou mais de 33% no Brasil.

O Inep analisou dados escolares brasileiros desde 2014 e concluiu que o número de

classes especiais exclusivas chegou a 1,2 milhão no ano passado. O principal motivo para esse aumento foi o número de matrículas desses jovens especiais (entre 4 e 17 anos) em classes comuns. Em 2014, correspondia a 87,1% e passou para 92,1% em 2018. É um sinal da efetiva proposta de acessibilidade sendo cumprida.

Com esse aumento de jovens especiais frequentando as escolas de educação básica, de ensino fundamental e médio, cabe às universidades, faculdades e centros universitários se preparem para recebê-los. Diante disso, programas de graduação e pós-graduação a distância podem ser importante alternativa de continuidade de estudos, com base em ambientes virtuais de aprendizagem.

Tais ambientes, contudo, devem ser acessíveis também com vídeos legendados e ou com tradução em Libras para deficientes auditivos, conteúdos narrados, ou com descrição audível, para os deficientes visuais. São estratégias que permitem que alunos discutam temas, desenvolvam trabalhos em conjunto e experimentem novas formas de aprendizado, rompendo as barreiras da solidão do estudo a distância. Além disso, abrem uma oportunidade de facilitação do aprendizado coletivo.

*CÉSAR SILVA É DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA (FAT) E DOCENTE DA FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (FATEC) HÁ MAIS DE 30 ANOS

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Educação é a área que mais cresce em cursos de especialização no Brasil, diz instituto

Aulas focadas em inovação acadêmica e gestão atraem profissionais de pedagogia que buscam acompanhar as novidades do mercado, de acordo com o Semesp.

Os cursos de especialização em educação ocuparam o topo do ranking de vagas abertas em 2019 no Brasil, de acordo com o Instituto Semesp, que reúne as empresas mantenedoras do ensino superior. A abertura de vagas segue uma tendência da busca por qualificação no setor, de acordo com a entidade.

A área concentra 35% da oferta de vagas, acima de ciências sociais, negócios e direito (31%) e saúde e bem estar social (24%). O diretor da entidade, Rodrigo Capelato, afirma que o índice é puxado principalmente por cursos de inovação acadêmica e gestão que atraem, sobretudo, profissionais da pedagogia.

O ranking está na pesquisa "Cursos de especialização lato sensu no Brasil", produzido pelo Semesp. A entidade usou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Dados (Pnad Contínua) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e informações do Ministério da Educação.

No cenário, a modalidade que mais cresce é o ensino a distância (EAD), com 37,5% das vagas ofertadas.

De acordo com a análise do Semesp, as vagas em especialização subiram 74% em 2019, à frente do mestrado (18%) e doutorado (9%).

“A educação está tendo uma revolução com novas metodologias. Apesar de a pessoa ser formada em pedagogia, ela ainda pode estar totalmente fora deste mundo novo. São

tecnologias inovadoras que ninguém conhece direito, como sala invertida, aprendizado baseado em projetos, entre outras formas de ensinar” -- Rodrigo Capelato, diretor do Instituto Semesp.

Capelato afirma que os cursos de pedagogia têm um currículo muito focado em teoria, e a graduação não consegue formar profissionais para os avanços rápidos que ocorrem dentro das escolas. Na opinião dele, a especialização consegue se adaptar às mudanças mais rapidamente por ter um currículo mais flexível.

Investimento nos professores

Dados do mais recente Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) apontam que países que investem na valorização dos professores e em ações que diminuem a desigualdade entre escolas e alunos tendem a ter melhores resultados na aprendizagem dos estudantes.

Entretanto, Capelato faz a ressalva de que, no Brasil, são os alunos que majoritariamente bancam os custos das especializações e que faltam investimentos governamentais para incentivar a formação continuada.

Na avaliação do diretor do Semesp, a EAD tem crescido no segmento por ser aplicada em cursos que se adaptam à realidade de quem busca especialização: são pessoas acima de 30 anos, que já trabalham, e querem progredir na carreira, seja um diretor buscando aprimoramento ou um professor que procura outras posições.

Qualificação x mercado de trabalho

Outra pesquisa feita com base em dados da Pnad Contínua, divulgada pelo G1, aponta que há mais trabalhadores qualificados do que vagas no mercado de trabalho. Quase 4 milhões de brasileiros que cursaram faculdade não encontram uma colocação que exija formação superior.

Na avaliação de Capelato, é comum em um cenário de crise que as pessoas busquem se especializar, seja para manterem o emprego ou para uma recolocação no mercado de trabalho.

"Quem se forma no ensino superior e vai concorrer a uma vaga não encontra, e acaba se candidatando para vagas de nível médio. Para não cair nisso, as pessoas têm buscado uma especialização para poderem concorrer às poucas vagas que exigem qualificação de nível superior", analisa.

"A graduação não te faz melhorar de vida, mas te dá empregabilidade. Por outro lado, as vagas que exigem qualificação estão mais concorridas, e as pessoas têm corrido atrás [de uma boa formação]", afirma Capelato.

Desigualdade de gênero

Os dados do Semesp apontam que a maior parte dos estudantes de especialização (62,2%) são do gênero feminino. São mulheres que buscam se qualificar para manterem a competitividade no mercado de trabalho.

Entretanto, elas ainda estão ganhando menos que seus pares do sexo masculino. O Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG), divulgado pelo Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) nesta segunda-feira (9), aponta que as mulheres no Brasil estudam mais, porém possuem renda 41,5% menor que os homens.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Mais de 1,2 mil pessoas privadas de liberdade farão Enem nesta 3ª e 4ª em MT
Esta modalidade é chamada de Enem PPL e oferece a oportunidade tanto para adultos quanto jovens sob medida socioeducativa que inclua privação de liberdade.

Por G1 MT

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será aplicado a 1.218 pessoas que estão presas em Mato Grosso, sendo 1.166 do Sistema Penitenciário e 52 adolescentes do Sistema Socioeducativo. As provas serão aplicadas nesta terça (10) e quarta-feira (11).

Esta modalidade é chamada de Enem PPL e oferece a oportunidade tanto para adultos quanto jovens sob medida socioeducativa que inclua privação de liberdade.

Do Penitenciário, estão inscritos 1.166 reeducandos de 39 unidades penais. Este número é 13% maior que o do ano passado, que registrou 1.028 inscrições. O objetivo é viabilizar a avaliação do desempenho escolar ao final da Educação Básica e o acesso à Educação Superior, além de contribuir para elevar a escolaridade da população prisional.

De acordo com dados do Núcleo de Educação nas Prisões (NEP) da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), o Sistema Penitenciário possui atualmente 3.904 reeducandos matriculados no ensino básico de Mato Grosso, e 16 cursando o ensino superior.

Atualmente, 673 pessoas privadas de liberdade estão aptas a concorrerem às vagas do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Programa Universidade para Todos (Prouni), entre outras instituições que ofertam graduação. O Sisu é o sistema informatizado do Ministério da Educação (MEC), por meio do qual as instituições públicas oferecem vagas a candidatos participantes do Enem.

Ao longo do ano, os jovens fazem quatro simulados com questões objetivas no formato das provas do Exame Nacional, abrangendo todas as disciplinas. Além disso, dentro da disciplina de Língua Portuguesa há o reforço em noções de redação.

Desde 2011, o Enem PPL é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

As provas têm o mesmo nível de dificuldade do Enem regular. A única diferença é a aplicação dentro de unidades prisionais, incluindo penitenciárias, cadeias públicas, centros de detenção provisória e instituições de medidas socioeducativas. A aplicação ocorre sempre em data posterior ao Exame regular e em dias úteis.

[topo](#)

PBAGORA - TEMPO REAL

Pesquisa da UEPB cria alternativa para tratamento de câncer de mama com terapia fotodinâmica

Equipe de pesquisadores sobre terapia fotodinâmica para tratamento de câncer de mama

Uma pesquisa desenvolvida pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em parceria com a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Ulster University (Irlanda do Norte), tem avançado nos estudos sobre tecnologia farmacêutica no que diz respeito ao combate do câncer de mama. Após um ano e meio de trabalho, um grupo de 10 pesquisadores, incluindo um professor e uma aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêutica (PPGFC) da UEPB, conseguiu publicar um artigo, no final do mês de novembro, na Revista Materials Science and Engineering C, que tem fator de impacto 4,959, o que equivale a classificação A1 da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Intitulado “Carreadores lipídicos nanoestruturados contendo ftalocianina funcionalizados com ácido fólico para terapia fotodinâmica”, o estudo tem como objetivo o uso de nanopartículas lipídicas associado a terapia fotodinâmica como tratamento direcionado, baseado no uso da luz para ativar um fotossensibilizador que interage com oxigênio molecular e outros substratos bioquímicos, gerando níveis citotóxicos de espécies reativas de oxigênio. Esse tipo de tratamento tem como efeito farmacológico conseguir minimizar os danos do tratamento cancerígeno, já que o recurso terapêutico usual acaba também atingindo células não-cancerígenas, o que provoca várias reações colaterais nos pacientes.

Segundo explicou o professor do PPGFC da UEPB, João Augusto Oshiro Júnior, essa pesquisa tem um forte impacto de inovação por desenvolver suas aplicações em áreas estratégicas, como Farmácia, Química, Engenharia de Materiais e Biologia. Ele também explicou que a terapia fotodinâmica foi aprovada para uma série de indicações clínicas, como câncer de pulmão, esôfago, endobrônquico e de células de Barret, e que os estudos para o tratamento do câncer de mama apresentou, em vários estudos, resultados promissores para controlar a taxa de recorrência.

Professor João Oshiro, da UEPB

“Diferentemente das terapias convencionais para câncer, a fotodinâmica é uma modalidade de terapia minimamente invasiva, com efeitos colaterais mínimos, e isso pode ser repetido sem toxicidade limitante da dose ou resistência induzível, resultando em pouca ou nenhuma cicatriz. Geralmente, ela pode ser administrada em regime ambulatorial e não é contraindicada em outras modalidades de terapia. Conseguimos desenvolver nanopartículas seletivas para as células cancerígenas, evitando atingir as células saudáveis”, explica professor João Oshiro.

A aluna do Mestrado em Ciências Farmacêuticas, Karen Loraine Macena Santos, também participa do estudo que apresenta uma alternativa para as indústrias que querem investir na pesquisa, uma vez que a colaboração de empresas financiadoras é fundamental para que a pesquisa seja aprofundada para reforçar a luta contra um dos principais problemas da Saúde no Brasil, que é o câncer de mama. “Esse tipo de câncer é um dos que mais mata no país. Com essa pesquisa, nós esperamos a colaboração da indústria farmacêutica para avançarmos nas pesquisas em animais e depois na parte clínica. Como os recursos não são muitos, as agências de fomento são importantes setores para termos condições de chegar mais longe”, afirma João Oshiro.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Provas do Enem para detentos começam, e notas valem para faculdade **Da mesma forma que o Enem tradicional, o Enem PPL é constituído de redação e de quatro provas objetivas, cada uma com 45 questões**

São Paulo — O Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas que cumprem penas privativas de liberdade e sob medida socioeducativa (Enem PPL) vai ser aplicado nesta terça (10) e quarta-feira (11). A prova será aplicada para 41.044 participantes e conta com 1.228 instituições inscritas e homologadas.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 46.163 inscrições foram feitas, em 25 estados e no Distrito Federal. São Paulo é o estado com o maior número de inscritos, 15.832 participantes.

Para o presidente do Inep, Alexandre Lopes, o número de inscrições mostra o sucesso da parceria do Ministério da Educação (MEC) e do Inep com as secretarias estaduais de Segurança Pública, de Administração Penitenciária, de Direitos Humanos e de Educação.

Para garantir a segurança, os malotes de prova são escoltados até o local de aplicação, e o acompanhamento, durante o exame, será feito pela Polícia Federal. As unidades que firmaram adesão com o Inep são obrigadas a garantir espaço para as provas, segurança e sigilo durante a realização do exame.

Os participantes do Enem PPL que já concluíram ou concluirão o ensino médio neste ano poderão utilizar o desempenho no exame para acesso à educação superior. Já os participantes que não estejam cursando ou não concluirão o ensino médio no ano letivo de 2019 só poderão utilizar os resultados individuais para autoavaliação de conhecimentos.

O responsável pedagógico de cada unidade prisional ou socioeducativa tem a função de acompanhar todos os trâmites do exame, desde a inscrição até o resultado. Ele também deve determinar as salas de provas dos participantes; a transferência entre as unidades e excluir aqueles que tiverem sua liberdade decretada.

O responsável pedagógico terá acesso aos resultados obtidos pelos participantes, fará a inscrição, pleiteará seu acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e deverá divulgar as informações sobre o exame aos participantes.

Da mesma forma que o Enem tradicional, o Enem PPL é constituído de redação e de quatro provas objetivas, cada uma com 45 questões de múltipla escolha.

No primeiro dia do exame, serão aplicadas as provas de linguagens, códigos e suas tecnologias, redação e ciências humanas e suas tecnologias, com cinco horas e meia de duração. No segundo dia, serão aplicadas as provas de ciências da natureza e matemática, com cinco horas de duração.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC inicia capacitação de profissionais para escolas cívico-militares

O Ministério da Educação (MEC) dá mais um passo para implementação das escolas cívico-militares, no país. Nesta terça-feira (10) começou a primeira capacitação do programa que contará com 216 escolas até 2023; 54 escolas somente no próximo ano. O

modelo foi desenvolvido para promover um salto na qualidade educacional do Brasil.

Ao todo 170 profissionais da educação e representantes de estados e municípios estão reunidos em Brasília. Eles participam de palestras e oficinas sobre o projeto político-pedagógico das escolas, as normas de conduta, avaliação e supervisão escolar, além da apresentação das regras de funcionamento das escolas e as atribuições de cada profissional.

Segundo o MEC, o treinamento também objetiva abrir espaço para o aprimorar as diretrizes do programa. Ao promover grupos de trabalho, o ministério permitirá que os participantes façam sugestões ao modelo de forma a adequar a implementação das escolas às necessidades de cada local.

O evento é destinado a dois grupos envolvidos no programa: diretores e coordenadores de escolas e pontos focais de secretarias estaduais e municipais de Educação, que trabalharão como multiplicadores da informação em suas regiões.

Os dois grupos iniciaram as atividades nesta terça-feira. O primeiro grupo tem programação até sexta-feira (13), enquanto o segundo encerra as atividades amanhã (11).

“O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é uma parceria do MEC com o Ministério da Defesa. Cerca de 1.000 militares da reserva das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares da ativa vão atuar na gestão educacional das instituições. Em 2020, o MEC destinará R\$ 54 milhões para levar a gestão de excelência cívico-militar para 54 escolas, sendo R\$ 1 milhão por instituição de ensino”.

*Com informações do Ministério da Educação

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Detentos fazem provas do Enem nesta terça e quarta

O Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas que cumprem penas privativas de liberdade e sob medida socioeducativa (Enem PPL) vai ser aplicado hoje e amanhã. A prova será aplicada para 41.044 participantes e conta com 1.228 instituições inscritas e homologadas.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 46.163 inscrições foram feitas, em 25 estados e no Distrito Federal. São Paulo é o estado com o maior número de inscritos, 15.832 participantes.

Para o presidente do Inep, Alexandre Lopes, o número de inscrições mostra o sucesso da parceria do Ministério da Educação (MEC) e do Inep com as secretarias estaduais de Segurança Pública, de Administração Penitenciária, de Direitos Humanos e de Educação.

Para garantir a segurança, os malotes de prova são escoltados até o local de aplicação, e o acompanhamento, durante o exame, será feito pela Polícia Federal. As unidades que firmaram adesão com o Inep são obrigadas a garantir espaço para as provas, segurança e

sigilo durante a realização do exame.

Os participantes do Enem PPL que já concluíram ou concluirão o ensino médio neste ano poderão utilizar o desempenho no exame para acesso à educação superior. Já os participantes que não estejam cursando ou não concluirão o ensino médio no ano letivo de 2019 só poderão utilizar os resultados individuais para autoavaliação de conhecimentos.

O responsável pedagógico de cada unidade prisional ou socioeducativa tem a função de acompanhar todos os trâmites do exame, desde a inscrição até o resultado. Ele também deve determinar as salas de provas dos participantes; a transferência entre as unidades e excluir aqueles que tiverem sua liberdade decretada.

O responsável pedagógico terá acesso aos resultados obtidos pelos participantes, fará a inscrição, pleiteará seu acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e deverá divulgar as informações sobre o exame aos participantes.

Da mesma forma que o Enem tradicional, o Enem PPL é constituído de redação e de quatro provas objetivas, cada uma com 45 questões de múltipla escolha. No primeiro dia do exame, serão aplicadas as provas de linguagens, códigos e suas tecnologias, redação e ciências humanas e suas tecnologias, com cinco horas e meia de duração. No segundo dia, serão aplicadas as provas de ciências da natureza e matemática, com cinco horas de duração.

*Com informações do Inep

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC inicia capacitação de profissionais para escolas cívico-militares

O Ministério da Educação (MEC) dá mais um passo para implementação das escolas cívico-militares, no país. Nesta terça-feira (10) começou a primeira capacitação do programa que contará com 216 escolas até 2023; 54 escolas somente no próximo ano. O modelo foi desenvolvido para promover um salto na qualidade educacional do Brasil.

Ao todo 170 profissionais da educação e representantes de estados e municípios estão reunidos em Brasília. Eles participam de palestras e oficinas sobre o projeto político-pedagógico das escolas, as normas de conduta, avaliação e supervisão escolar, além da apresentação das regras de funcionamento das escolas e as atribuições de cada profissional.

Segundo o MEC, o treinamento também objetiva abrir espaço para o aprimorar as diretrizes do programa. Ao promover grupos de trabalho, o ministério permitirá que os participantes façam sugestões ao modelo de forma a adequar a implementação das escolas às necessidades de cada local.

O evento é destinado a dois grupos envolvidos no programa: diretores e coordenadores de escolas e pontos focais de secretarias estaduais e municipais de Educação, que trabalharão como multiplicadores da informação em suas regiões.

Os dois grupos iniciaram as atividades nesta terça-feira. O primeiro grupo tem programação até sexta-feira (13), enquanto o segundo encerra as atividades amanhã

(11).

"O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é uma parceria do MEC com o Ministério da Defesa. Cerca de 1.000 militares da reserva das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares da ativa vão atuar na gestão educacional das instituições. Em 2020, o MEC destinará R\$ 54 milhões para levar a gestão de excelência cívico-militar para 54 escolas, sendo R\$ 1 milhão por instituição de ensino".

*Com informações do Ministério da Educação

